

JORGE NERIE VELLAME

OPERAÇÃO ANFÍBIA:

é válido a Marinha do Brasil manter a capacidade de realizá-la no século XXI?

Trabalho de Conclusão de Curso -
Monografia apresentada ao Departamento de
Estudos da Escola Superior de Guerra como
requisito à obtenção do diploma do Curso de
Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: CMG (FN-RM1) Carlos Antonio
Raposo de Vasconcellos

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitido a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG

Assinatura do autor

Biblioteca General Cordeiro de Farias

Vellame, Jorge Nerie.

Operação anfíbia: é válido a Marinha do Brasil manter a capacidade de realizá-la no século XXI? / CAIte (FN) Jorge Nerie Vellame.– Rio de Janeiro: ESG, 2014.

76 f.: il.

Orientador: CMG (FN-RM1) Carlos Antonio Raposo de Vasconcellos.

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2014.

1. Operação anfíbia. 2. Marinha do Brasil. 3. Século XXI. I. Título.

RESUMO

Esta monografia discorre sobre a operação anfíbia, uma das mais complexas das operações de guerra naval. O objetivo deste estudo é verificar a validade de a Marinha do Brasil manter a capacidade de realizar este tipo de operação no século XXI. A metodologia adotada comportou uma pesquisa bibliográfica e documental, visando buscar referenciais teóricos, além da experiência do autor como oficial do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. O campo de estudo delimitou-se nas modalidades de assalto anfíbio, incursão anfíbia e projeção anfíbia por serem as mais prováveis de realização. O estudo focaliza a evolução deste tipo de operação na Marinha do Brasil, a doutrina atual da Marinha dos Estados Unidos da América e a sua tendência evolutiva, bem como a doutrina dos principais países com capacidade anfíbia, de forma a avaliar a doutrina brasileira. Por último, analisa a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa buscando as possibilidades do emprego do Poder Naval na projeção de poder sobre terra, considerando as hipóteses de emprego decorrentes do ambiente internacional e do entorno estratégico do Brasil. Os principais tópicos são: histórico; a operação anfíbia no século XXI; o ambiente internacional e o entorno estratégico do Brasil; e a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o emprego do Poder Naval. Conclui sobre a validade de a Marinha do Brasil manter a capacidade de realizar a operação anfíbia no século XXI e apresenta sugestões de aprimoramento.

Palavras-chave: Operação anfíbia. Marinha de Brasil. Século XXI.

RESUMEN

Esta monografía aborda la operación anfibia, una de las más complejas operaciones de guerra naval. El objetivo dese estudio es verificar la validez de la Marina de Brasil mantener la capacidad de realizar este tipo de operación en el siglo XXI. La metodología empleada fue la investigación bibliográfica y documental, visando buscar referencias teóricas, además de la experiencia del autor como oficial del Cuerpo de Fusileros Navales de la Marina de Brasil. El estudio se limitó en las modalidades de asalto anfibia, incursión anfibia y proyección anfibia porque son las más probables de realización. El estudio abordó la evolución dese tipo de operación en la Marina de Brasil, la doctrina actual de la Marina de los Estados Unidos de América y su tendencia evolutiva, bien como la doctrina de los países con capacidad de realizarla, para evaluar la doctrina brasileña. Por último, analiza la Política Nacional de Defensa y la Estrategia Nacional de Defensa buscando las posibilidades del empleo del Poder Naval en la proyección del poder sobre tierra, considerando las hipótesis de empleo decurrentes del ambiente internacional y del alrededor estratégico de Brasil. Los principales tópicos son: histórico; la operación anfibia en el siglo XXI; el ambiente internacional y el alrededor estratégico de Brasil; y la Política Nacional de Defensa, la Estrategia Nacional de Defensa y el empleo del Poder Naval. Concluye sobre la validez de la Marina de Brasil mantener la capacidad de realizar la operación anfibia en el siglo XXI y presenta sugerencias para perfeccionarla.

Palabras-clave: Operación anfibia. Marina de Brasil. Siglo XXI.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ª GM	- 1ª Guerra Mundial
2ª GM	- 2ª Guerra Mundial
AAAV	- Veículo de Assalto Anfíbio Avançado
AAe	- Antiaérea
AAV	- Veículo de Assalto Anfíbio
AD	- Defesa Aérea
Anv	- Aeronave
AOA	- Área do Objetivo Anfíbio
ASW	- Guerra Anti-Superfície
AT	- Anticarro
Bld	- Blindada
C ²	- Comando e Controle
C ² I	- Comando, Controle e Inteligência
CamAnf	- Caminhão Anfíbio
CFN	- Corpo de Fuzileiros Navais
CG	- Centro de Gravidade
CLAnf	- Carro Lagarta Anfíbio
CP	- Cabeça-de-Praia
CT	- Contratorpedeiro
DBM	- Doutrina Básica da Marinha
EB	- Exército Brasileiro
ED	- Embarcação de Desembarque
EDCG	- Embarcação de Desembarque de Carga Geral
EDVM	- Embarcação de Desembarque de Viatura e Material
EDVP	- Embarcação de Desembarque de Viatura e Pessoal
EFV	- Veículo de Assalto Expedicionário
EMA	- Estado-Maior da Armada
EUA	- Estados Unidos da América
FAB	- Força Aérea Brasileira
FAS	- Federation of American Scientists
FER	- Força de Emprego Rápido

FFE	- Força de Fuzileiros da Esquadra
FGA	- Ataque ao Solo
ForDbq	- Força de Desembarque
ForTarAnf	- Força-Tarefa Anfíbia
ForTrM	- Força de Transporte da Marinha
FT	- Força Terrestre
GERR/OpEsp	- Grupo Especial de Retomada e Resgate/ Operações Especiais
GptOpFuzNav	- Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
He	- Helicóptero
LCAC	- Embarcação de Desembarque de Colchão de Ar
LDbq	- Linha de Desembarque
LKA	- Navio Anfíbio de Carga
LPD	- Navio Plataforma Doca
LSD	- Navio de Desembarque Doca
LSM	- Navio de Desembarque Médio
LST	- Navio de Desembarque de Carros de Combate
Man	- Manual
MB	- Marinha do Brasil
MINUSTAH	- Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MNT	- Movimento Navio-para-Terra
MP	- Patrulha Marítima
Mrt	- Morteiro
MSL	- Míssil
Mtr	- Metralhadora
N	- Navio
NDCC	- Navio de Desembarque de Carros de Combate
NDD	- Navio de Desembarque Doca
NTrT	- Navio de Transporte de Tropa
OMFTS	- Manobra Operacional desde o Mar
ONU	- Organização das Nações Unidas
OpENC	- Operação de Evacuação de Não-Combatentes

OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDN	- Política de Defesa Nacional
PIB	- Produto Interno Bruto
Recon	- Reconhecimento
SAM	- Míssil Superfície-Ar
SIPRI	- <i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SPT	- Apoio
STOM	- Manobra Navio para Objetivo
TO	- Teatro de Operações
TP	- Transporte de Tropa
TPT	- Transporte
TRG	- Treinamento
UAnf	- Unidade Anfíbia
UNMEE	- Missão das Nações Unidas para Eritréia e Etiópia
UNMIL	- Missão das Nações Unidas na Libéria
UNMIN	- Missão das Nações Unidas no Nepal
UNMIS	- Missão das Nações Unidas para a Paz no Sudão
UNMIT	- Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste
UNOCI	- Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim
UNOGBIS	- Missão das Nações Unidas na Guiné-Bissau
UNOWA	- Missão das Nações Unidas para a África Ocidental
USMC	- Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos
USN	- Marinha dos Estados Unidos
UTL	- Utilitário
VC	- Vulnerabilidade Crítica
Vtr	- Viatura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	HISTÓRICO	12
2.1	A OPERAÇÃO ANFÍBIA NO MUNDO	12
2.2	A EVOLUÇÃO DA OPERAÇÃO ANFÍBIA NA MARINHA DO BRASIL	14
3	A OPERAÇÃO ANFÍBIA NO SÉCULO XXI	21
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	21
3.2	ANTECEDENTES.....	22
3.3	CONCEPÇÕES ENVOLVIDAS.....	24
4	O AMBIENTE INTERNACIONAL E O ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL	34
4.1	O AMBIENTE INTERNACIONAL.....	34
4.2	O ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL	36
5	A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E O EMPREGO DO PODER NAVAL	41
5.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA.....	41
5.1.1	Objetivos nacionais de defesa	41
5.1.2	Orientações da Política Nacional de Defesa	42
5.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA	43
5.2.1	Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa	44
5.2.2	Objetivos estratégicos da Marinha do Brasil	45
5.2.3	Hipóteses de emprego	46
5.3	EMPREGO DO PODER NAVAL.....	46
6	CONCLUSÕES	58
	REFERÊNCIAS	63
	APÊNDICE A - ESTADOS COM CAPACIDADE ANFÍBIA	68
	APÊNDICE B - MEIOS UTILIZADOS NO MOVIMENTO	
	NAVIO-PARA-TERRA	69
	APÊNDICE C - CONFLITOS EXISTENTES NO MUNDO	70
	APÊNDICE D - PRESENÇA DOS EUA NA AMÉRICA DO SUL	71
	APÊNDICE E - PAÍSES DA AMÉRICA LATINA/CARIBE E SEUS	
	MEIOS PARA REALIZAR O ASSALTO ANFÍBIO	73

**APÊNDICE F - ESTIMATIVA DE BRASILEIROS RESIDENTES NO
EXTERIOR E MILITARES EM OPERAÇÃO DE PAZ75**

1 INTRODUÇÃO

Segundo Corbett (apud ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 2007, p. 4-17), “a guerra no mar é parte integrante da guerra em terra; afinal, é na terra que as pessoas vivem, e é pelo que ocorre ou pode ocorrer em terra que as guerras são decididas”.

Cerca de 75% da população mundial vive nas regiões litorâneas, onde estão localizados os centros urbanos de maior importância, as indústrias, as fontes de alimento e de energia. Essas regiões são valorizadas, também, pela sua faixa marítima, por onde é movimentada a maior parcela das trocas comerciais entre os Estados litorâneos. Portanto, de grande valor estratégico.

A maioria dos conflitos regionais, bem como as violações das regras internacionais, ocorre, atualmente, no litoral. A solução destes conflitos, normalmente, exige o emprego de força militar. Sendo assim, no cenário atual, a maior probabilidade de emprego militar é nesta área (SOUZA, 2003, p. 3).

As operações anfíbias foram realizadas em quase todos os conflitos que ocorreram ao longo da história. Porém, no século XX, face a evolução tecnológica dos armamentos e dos equipamentos, em várias ocasiões foram questionadas a exeqüibilidade e a aceitabilidade deste tipo de guerra naval.

A operação anfíbia é a mais complexa das operações de guerra naval. Projetar poder sobre terra é uma das quatro tarefas básicas do Poder Naval. Ela abrange desde a presença de forças até a realização de operações navais, incluindo, também, a transposição da influência sobre áreas terrestres por meio de operações de ataque, operações anfíbias e operações especiais.

A projeção de poder sobre terra pode ter um ou mais dos seguintes propósitos: redução do poder inimigo, pela destruição ou neutralização de objetivos importantes; conquista de área terrestre, continental ou insular de interesse; destruição ou neutralização de forças navais inimigas em suas bases, ou os seus pontos de apoio logístico; obtenção de informações; despistamento; negação do uso do mar pelo inimigo de uma área conquistada; apoio a operações em terra; e salvaguarda da vida humana (BRASIL, 2014b, p. 1-10).

A operação anfíbia é o único tipo de guerra naval que permite alcançar todos os propósitos da tarefa de projetar poder sobre terra, além de contribuir para o alcance das demais tarefas do Poder Naval, em particular a dissuasão. Por outro

lado, percebe-se, inicialmente, uma incoerência, pois o Brasil sendo um país pacífico que observa os princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos nas relações internacionais ter a capacidade de realizar a operação anfíbia que é uma operação expedicionária de características ofensivas (BRASIL, 2013a, p. 1). Entretanto, o fim da Guerra Fria não minimizou a possibilidade da ocorrência de litígios entre Estados, as relações internacionais são dinâmicas e podem conduzir, a qualquer tempo, o país para um conflito, como ocorreu no passado. Sendo assim, este estudo torna-se relevante para MB e para a segurança e defesa nacionais, temas estudados por esta Escola, com base na pesquisa realizada, pode concluir que é válida a hipótese de a Marinha do Brasil manter a capacidade de realizar operação anfíbia no século XXI nas modalidades de assalto anfíbio, incursão anfíbia e projeção anfíbia, bem como propor medidas para o seu aprimoramento e meios no estado da arte a serem adquiridos.

Face ao exposto, surge o Problema de Pesquisa deste trabalho, qual seja a validade de a Marinha do Brasil (MB) manter a capacidade de realizar operações anfíbias no século XXI?

A metodologia utilizada foi a investigação qualitativa por meio de uma pesquisa bibliográfica/documental para levantar os dados biográficos que descrevem, resumidamente: a história da operação anfíbia no mundo e a sua evolução na MB; como a operação anfíbia é realizada atualmente; a tendência de evolução para o conceito denominado *maneuver operational from the sea*¹ e *Ship-To-Objective Maneuver*² desenvolvido pelo *United States Marine Corps* (USMC³) para fazer frente à evolução tecnológica dos equipamentos e das armas empregadas no sistema defensivo, tais como: minas, foguetes, lanchas armadas, pequenos submersíveis e aeronaves convencionais. Esse conceito prevê, de uma maneira geral, o desembarque além da linha do horizonte e manobras diretamente dos navios para os objetivos, de forma a obter a surpresa e diminuir a atrição do combate (RIPER, 1997, p. A-2).

A leitura analítica, fichamento e análise interpretativa da Política Nacional de Defesa (PND), documento voltado essencialmente para ameaças externas, que estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa e as Orientações, em especial, para o

¹ Manobra operacional desde o mar. Tradução livre.

² Manobra do navio para o objetivo. Tradução livre.

³ Corpo de Fuzileiros dos Estados Unidos da América. Tradução livre.

preparo e emprego do setor militar, em prol da Defesa Nacional (BRASIL, 2013c, p. 1) e da Estratégia Nacional de Defesa (END), onde estão apresentadas, entre outros aspectos, e de forma abrangente, as Hipóteses de Emprego (HE)⁴, as Diretrizes e os Objetivos Estratégicos da MB (BRASIL, 2013a), de forma a identificar situações, considerando o ambiente internacional e/ou o entorno estratégico do Brasil, nas quais a Marinha do Brasil poderá ser empregada na realização de uma operação anfíbia.

A Seção 2 apresenta o histórico das operações anfíbias no mundo e a sua evolução na MB.

Na Seção 3 é apresentada, de forma geral, a doutrina da operação anfíbia adotada pelos Estados Unidos da América (EUA), país que desenvolveu a doutrina utilizada na atualidade, bem como a tendência da sua evolução para o século XXI e as principais dificuldades para a sua implementação.

A Seção 4 apresenta o ambiente internacional e o entorno estratégico do Brasil.

A Seção 5 mostra como a MB pode ser empregada, por meio de uma operação anfíbia, em conformidade com a PND e a END, considerando o ambiente internacional e o entorno estratégico do Brasil e as tendências de evolução das conjunturas nacional e internacional prevista na END.

Na Seção 6, como resultado da análise das seções anteriores, são apresentadas as conclusões.

⁴ É a antevisão de possível emprego das Forças Armadas em determinada situação/situações ou área/áreas de interesse estratégico para a defesa nacional. É formulada considerando-se a indeterminação de ameaças ao País (BRASIL, 2013a, p. 28).

2 HISTÓRICO

Nesta Seção será apresentada a gênese da operação anfíbia e o seu desenvolvimento ao longo da história, bem como a sua evolução na Marinha do Brasil.

2.1 A OPERAÇÃO ANFÍBIA NO MUNDO

A primeira operação de desembarque que a história tem registrado ocorreu, aproximadamente, há 3.000 anos. Os gregos atravessaram o Mar Egeu, desembarcaram em praias próximas de Tróia e, após 10 anos de cerco, conquistaram a cidade.

Passados 700 anos, o rei persa Dario atacou os gregos utilizando uma frota anfíbia desenvolvida por seus construtores navais, cujas embarcações de desembarque possuíam uma rampa para desembarcar os cavalos (ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 1978, p. 1-1).

Desde a época de Dario, até o fim do século XIX, o desembarque, como operação, foi empregado em vários conflitos. Destaca-se como exemplo, os desembarques de Helder pelos ingleses e de Abuquir pelos franceses, ocorridos em 1799 e 1801, respectivamente, por se constituírem em marcos históricos da guerra anfíbia, porque foram realizados conforme se conhece a operação anfíbia⁵ atualmente (ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 1978, p. 1-3).

No início do século XX, durante a campanha de Galípoli, foi realizado o primeiro desembarque anfíbio de grande escala numa praia defendida (ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 1978, p. 1-3). A operação foi um desastre, tendo em vista o considerável número de baixas sofridas pelos aliados e pela expressiva perda de material. Com esse fracasso, os militares concluíram que esse tipo de operação era taticamente inexecutável ou inaceitável, principalmente se o desembarque fosse numa praia defendida. Esta foi uma conclusão errada, pois a operação fracassou devido às falhas no planejamento e na execução, sendo realizada sem surpresa tática. Apesar de ter havido uma boa coordenação entre a Força-Tarefa Anfíbia

⁵ A Operação Anfíbia é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil ou potencialmente hostil, com o efeito desejado de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas. (BRASIL, 2014b, p. 3-4).

(ForTarAnf)⁶ e a Força de Desembarque (ForDbq)⁷, o apoio logístico em terra não ocorreu adequadamente. O fracasso de Galípoli levou os fuzileiros navais norte-americanos a estudarem com profundidade as operações anfíbias. Em conseqüência, surgiram novas técnicas, armamentos e equipamentos que aprimoraram a sua realização (CAMINHA, 1980, p. 495).

As operações anfíbias, particularmente os assaltos anfíbios⁸, predominaram na vanguarda das campanhas mais importantes e decisivas realizadas no Pacífico, durante a 2ª Guerra Mundial (2ª GM) (ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 1978, p. 1-6).

A entrada dos EUA na 2ª GM foi com os desembarques no norte da África, em 1942. Posteriormente, em julho de 1943, os norte-americanos desembarcaram nas praias da Sicília, tendo como resultado a retirada da Itália do cenário (ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 1978, p. 1-8).

Em 6 de junho de 1944, foram realizados desembarques nas praias da Normandia, os quais foram a chave mestra para a invasão da Europa Ocidental. Em agosto do mesmo ano foi realizada, no sul da França, a última das grandes operações anfíbias do Teatro Europeu. Essa operação contribuiu para acelerar o fim da guerra (ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 1978, p. 1-9).

Após a 2ªGM, mais uma vez foi questionada a adequabilidade, a aceitabilidade e a exeqüibilidade da operação anfíbia, quando o general Omar Bradley, chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA, disse que uma operação anfíbia em larga escala nunca mais ocorreria. Entretanto, passado menos de um ano, na Guerra da Coréia, os fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram, com sucesso, em Inchon (ROCHA, 1985, p. 29).

Em 1966, foi a vez do Ministro da Defesa da Grã-Bretanha anunciar que seu país jamais realizaria um desembarque anfíbio em um litoral inimigo defendido ou no próprio território. Passados dezesseis anos os britânicos decidiram desembarcar nas Ilhas Malvinas (ROCHA, 1985, p. 30). Neste conflito, foram realizadas com sucesso cinco operações anfíbias. Duas pelos argentinos e três pelos ingleses. Estas

⁶ Força organizada por tarefas, composta por forças navais, compreendendo unidades navais e aeronavais e por uma força de desembarque, criada para realizar uma operação anfíbia (BRASIL, 2007, p. 114).

⁷ Força organizada por tarefas, constituída de grupamentos operativos de fuzileiros navais destinados à realização de operações anfíbias. Dependendo do valor, estes grupamentos são organizados em: brigada anfíbia, unidade anfíbia e elemento anfíbio (BRASIL, 2007, p. 111).

⁸ Ataque lançado do mar para, mediante desembarque, estabelecer firmemente a ForDbq em terra. Tal desembarque é executado por meios de superfície e/ou aéreos e apoiado por meios navais e/ou aéreos (BRASIL, 2014b, p. 3-4).

operações, independentemente do vulto e dos meios empregados em cada uma delas, demonstraram que a doutrina anfíbia desenvolvida ainda permanecia válida.

Na Guerra do Golfo de 1991, a presença de uma ForTarAnf com duas brigadas de fuzileiros navais norte-americanos prontos para desembarcar, reteve considerável parcela do exército iraquiano na defesa de parte do litoral, permitindo o avanço, com rapidez e segurança, das forças de coalizão em outra área (VIDIGAL, 1992).

Em 2003, na Guerra do Iraque foi realizado um assalto anfíbio pela 3ª Brigada Comando dos *Royal Marines*, composta pelo 40 Comando, 42 Comando e pela 15ª *Marine Expeditionary Unit (MEU)* que estava sob seu controle operacional. A Unidade 40 Comando desembarcou por helicóptero, a partir dos navios *Ocean* e *Ark Royal*, enquanto que o 42 Comando e a 15ª *MEU*, realizaram movimentos helitransportados, a partir do território do Kuwait. A operação foi um sucesso, atingindo plenamente os propósitos estabelecidos (BRAGA, 2003, p. 48).

Como foi descrito, no século XX, a adequabilidade, a exeqüibilidade e a aceitabilidade da operação anfíbia foram postas em dúvida por diversas vezes. Porém, os sucessos alcançados pelos norte-americanos na 2ª GM e na Guerra da Coreia, pelos argentinos e ingleses no conflito das Malvinas, pelos norte-americanos na primeira Guerra do Golfo e, mais recentemente, pelos ingleses e norte-americanos na Guerra do Iraque, demonstram que a capacidade de realizar a operação anfíbia, além de válida, é necessária. Este fato é comprovado ao se constatar a ampliação das capacidades anfíbias em andamento dos seguintes países: EUA, Reino Unido, França, Espanha, Itália, Holanda, Portugal, Austrália, Japão, China, Coreia, Índia, Malásia, Singapura, Sri Lanka, Taiwan e Indonésia⁹. Outro aspecto que reforça esta afirmação é a quantidade de Estados que possuem a capacidade de realizar a operação anfíbia, conforme apresentado no Apêndice A.

2.2 A EVOLUÇÃO DA OPERAÇÃO ANFÍBIA NA MARINHA DO BRASIL

A necessidade de existir uma tropa anfíbia nas Forças Armadas foi verificada a partir dos inúmeros desembarques realizados, com sucesso, na 2ª GM.

⁹ Informação fornecida pelo AE (FN) Álvaro Augusto Dias Monteiro, Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, no Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

Entretanto, até 1950, a MB não possuía capacidade de projetar poder sobre terra por meio de uma operação anfíbia. O Regulamento do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) elaborado em 1940 previa, dentre outras, a tarefa de realizar operações de desembarque. Porém, as tarefas do CFN ficavam, praticamente, restritas às ações de segurança interna. As aspirações de se tornar uma força anfíbia só foram alcançadas com o Regulamento de 1950 que atribuiu ao CFN, a responsabilidade principal pelo desenvolvimento da doutrina, da tática e do material de operações anfíbias (ASSIS FILHO, 2003, p. 94).

Ainda na década de 1950, foram adquiridos, no Japão, dois Navios Transporte de Tropa (NTrT) e 28 Embarcações de Desembarque de Viatura e Pessoal (EDVP). Nos anos seguintes, foram construídos dois NTrT no Brasil (NUÑEZ, 1990, p. 37).

Na área do conhecimento profissional, oficiais do CFN realizaram cursos no USMC para atuarem como instrutores dos cursos de carreira do CFN, na disseminação da doutrina anfíbia no âmbito da MB, particularmente, no Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais, hoje Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (ASSIS FILHO, 2003, p. 94).

Em 1956, foi criada a Força de Transporte da Marinha (ForTrM). Sua principal tarefa era fornecer os elementos necessários à constituição do Trem da Esquadra¹⁰ e atender às necessidades de transporte marítimo das Forças Armadas. O Ministro da Marinha à época determinou que os navios de transporte ficassem à disposição do governo, a fim de atender às necessidades de transporte marítimo da população, devido à deficiência da navegação de cabotagem nacional (ROCHA, 1990, p. 32).

O CFN tornou-se apto a realizar operações anfíbias em 1957, depois de sua reorganização administrativa e da criação da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) e do Núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais (ROCHA, 1990, p. 32).

O primeiro exercício anfíbio realizado pela MB foi em 1958, na praia de Jacuecanga, em Angra dos Reis. A idéia inicial era realizar um assalto anfíbio com um Grupamento de Desembarque de Batalhão (GDB)¹¹ e denominar a operação

¹⁰ Componente orgânico de apoio logístico móvel da Esquadra, constituído de navios e embarcações específicos para aquele apoio (BRASIL, 2007, p. 257).

¹¹ É a organização por tarefas básica da ForDbq para o desembarque. Tal grupamento consiste de um Batalhão de Infantaria ou unidade similar, reforçado com elementos de apoio necessários ao movimento navio para terra e início do assalto (ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 1978, p. 3-9).

com o nome código de “Tornado”. Porém, com o esvaziamento do exercício, devido à falta de material e grande número de fuzileiros navais envolvidos em tarefas de segurança e guardas de honra, o nome código da operação foi alterado para “Aragem” e reduziram o exercício para uma incursão anfíbia¹². Devido aos resultados alcançados, o Estado-Maior da Armada (EMA) recomendou que este exercício fosse realizado anualmente (TREITLER, 1997, p. 20).

A ForTrM, em 1963, recebeu como tarefa principal transportar tropa para realizar operações anfíbias. Nesse mesmo ano, foi criado o Grupamento de Embarcação de Desembarque de importância vital para o movimento navio-para-terra (MNT)¹³ nas operações anfíbias (ROCHA, 1990, p. 33).

Em 1964, foi criado um exercício de operação anfíbia denominado “Operação Dragão”, que pela complexidade das ações de guerra naval envolvidas, passou a ser o coroamento do ano de adestramento do setor operativo da MB. Nesse exercício, com a criação da Força Aeronaval, foi realizado o primeiro MNT helitransportado, com os helicópteros decolando do Navio-Aeródromo “Minas Gerais” (COSTA, 2005, p. 28).

Em 1966, no regresso dos fuzileiros navais da Operação de Paz na República Dominicana, a MB foi convidada pela USN para participar de um exercício anfíbio combinado, denominado “Veritas”, realizado na ilha de Viéques, em Porto Rico. Os adestramentos ocorreram no período de 1968 a 1975. A participação da MB na “Véritas” contribuiu para aumentar o conhecimento do pessoal em operações anfíbias, além de permitir o contato com modernos meios anfíbios, tais como: o carro lagarta anfíbio (CLAnf), as grandes embarcações de desembarque (ED), navios anfíbios e material especializado de apoio ao desembarque. Foi a partir dessas experiências que a MB procurou obter material e navios apropriados para esse tipo de operação (COSTA, 2005, p. 32).

O exercício “Operação Dragão III”, realizado em 1967, no litoral de São Paulo, é considerado como um marco na evolução do adestramento anfíbio na MB, pelo empenho do setor operativo em empregar o maior número de meios possíveis,

¹² A incursão anfíbia é uma operação realizada por uma Força-Tarefa Anfíbia, envolvendo uma rápida penetração ou a ocupação temporária de objetivos em terra, seguida de uma retirada planejada (BRASIL, 2014b, p. 3-5).

¹³ É a etapa da fase do assalto anfíbio que compreende o movimento ordenado de tropas, equipamentos e suprimentos dos navios de assalto para as praias selecionadas na área de desembarque, nas formações e seqüência determinadas pelo conceito da operação em terra (BRASIL, 2007, p. 166).

conferindo importância a algo diferente dos exercícios de Guerra Anti-Submarino¹⁴ tão em voga, até então, na Esquadra (COSTA, 2005, p. 33).

Em 1970, foram adquiridos dos EUA os caminhões anfíbios (CamAnf) e Navios de Desembarque de Carros de Combate (NDCC) (COSTA, 2005, p. 39). Durante essa década, foram construídas, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, três Embarcações de Desembarque de Carga Geral (EDCG) com capacidade de desembarcar até 60 t de material (COSTA, 2005, p. 41).

No começo da década de 1980, a MB adquiriu doze CLAnf¹⁵. Esses carros foram empregados pela primeira vez no exercício “Operação Dragão XXII”. A incorporação dos CLAnf constituiu um passo significativo na evolução da doutrina das operações anfíbias na MB. O emprego dessas viaturas permitiu que fossem executados desembarques em trechos do litoral, até então impossíveis de se realizar com as ED. Os CLAnf aumentaram o poder de choque e a impulsão das vagas de assalto¹⁶, devido às velocidades desenvolvidas, tanto na água como no terreno e sob proteção blindada (COSTA, 2005, p. 47). Esse exercício foi marcado, também, pelos desembarques noturnos e pelo emprego dos helicópteros UH-14 em uma tarefa de resgate, lançados a 100 milhas náuticas da costa, voando mais de duas horas sobre o mar (COSTA, 2005, p. 49).

Na década de 1990, a MB adquiriu mais quatorze unidades de CLAnf¹⁷, aumentando o inventário para 22 unidades de transporte de pessoal, duas de comunicações e duas de socorro. Essas viaturas, mais modernas que as anteriormente adquiridas, vieram com algumas modificações (armamento da torre, suspensão e auxílio à navegação) (COSTA, 2005, p. 56). Ainda nesse período, a MB incorporou dois Navios de Desembarque Doca (NDD). O NDD possibilitou o transporte das EDCG embarcadas, pois até então, elas navegavam até a área do exercício, antecedendo os navios da ForTarAnf, comprometendo a aderência com a realidade (COSTA, 2005, p. 57).

O exercício “Operação Dragão XXX”, realizado em 1995, foi o que teve a maior quantidade de meios empregados. A ForTarAnf foi organizada com 23 navios,

¹⁴ Operação naval ou missão aérea executada contra submarinos inimigos, visando negar ao inimigo o uso eficaz desses meios (BRASIL, 2007, p. 26).

¹⁵ Carro lagarta anfíbio da série LVTP7 (FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS, 2014a).

¹⁶ Conjunto de embarcações de desembarque ou viaturas anfíbias, dentro de um grupamento de embarcações, que conduzem as unidades de assalto da ForDbq, cujo instante e local de desembarque foram antecipadamente fixados (BRASIL, 2007, p. 263).

¹⁷ Carro lagarta anfíbio da série LVTP7A1. Posteriormente, o USMC alterou a designação para AAV7A1 ou simplesmente AAV (FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS, 2014a).

11 helicópteros de diversos tipos, 6 aviões da FAB, 8 CLAnf e 2.338 militares (TREITLER, 1997, p. 30).

A aquisição das aeronaves AF-1, bem como do Navio-Aeródromo “São Paulo”, no início deste século, aumentou a capacidade da MB de realizar operações anfíbias (COSTA, 2005, p. 75).

A “Operação Dragão” ocorreu até o ano 2001. Desde a sua criação, esse exercício foi realizado nos seguintes locais do litoral brasileiro: Bahia (Ilhéus e Porto Seguro), Espírito Santo (Ponta da Fruta, Marataízes, Meaípe, Itaóca e Guarapari), Rio de Janeiro (Macaé), São Paulo (São Sebastião) e Santa Catarina (Imbituba e Itajaí) (COSTA, 2005, p. 84).

A partir de 2001, por questões orçamentárias e pelas desincorporações de navios ocorridas no início do século XXI sem as devidas reposições adequadas, a MB, em substituição a “Operação Dragão”, passou a realizar, anualmente, na região de Itaóca-ES, o exercício denominado “UANFEX”. Esse exercício não tinha a magnitude da “Operação Dragão”, ou seja, era realizado com reduzida participação de meios navais, aeronavais e, conseqüentemente, de fuzileiros navais. Atualmente, a operação “UANFEX”, também deixou de ser realizada rotineiramente, como coroamento do ano de adestramento. Atualmente, face às restrições de meios, são realizadas operações anfíbias de pequena envergadura que não oferecem a complexidade mínima necessária para a manutenção do conhecimento. O que denota a necessidade de se adquirir navios anfíbios e embarcações de desembarque modernas para se realizar operações de vulto, novamente.

A Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), parcela operativa da Marinha com a tarefa de constituir a ForDbq nas operações anfíbias, na falta de uma área próxima ao Rio de Janeiro que permita a execução integrada de fogos com todas as armas, realiza a operação “Formosa”, em Brasília, como coroamento do seu ano de adestramento. Nesta operação é simulado um desembarque anfíbio, sem os meios navais, logo, sem a participação dos oficiais do Corpo da Armada, onde são realizadas, com maior ênfase, as atividades de tiro real e de coordenação de fogos.

Na área de adestramento da Marinha em Itaóca-ES não é possível realizar tiro com munição real, porém é excelente para atender e praticar todos os outros tipos de adestramentos. Entretanto, julgo que realizar o exercício com tema tático, seguidamente, numa mesma área, é um fator desmotivador, além de ser pouco produtor profissionalmente, pois o conhecimento prévio do terreno limita o

desenvolvimento dos militares em diversas técnicas e procedimentos, uma vez que inexistem as dificuldades inerentes à execução e ao planejamento em uma região desconhecida. Dentro da realidade orçamentária, a MB poderia se adestrar nesse tipo de operação em áreas alternadas, ou seja, nos anos pares em Itaóca e nos anos ímpares em outra área previamente reconhecida. Para viabilizar economicamente esta proposta, esse exercício poderia envolver outros tipos de guerra naval, sendo o coroamento do adestramento do setor operativo da MB, como foi previsto em 1964, ano da criação da “Operação Dragão”. A realização desse exercício, conforme proposto, permitiria a MB conhecer outras áreas do litoral, que ainda não foram reconhecidas, para serem utilizadas na defesa da soberania e da integridade territorial, quando necessário, bem como o envolvimento de todo setor operativo na realização de tão importante e complexa operação.

Nestas operações, normalmente, uma Unidade da FFE desenvolvia as ações do figurativo inimigo realizando a defensiva, permitindo imprimir maior realismo ao exercício e, ao mesmo tempo, o adestramento no combate defensivo no contexto de controle de área marítima. Acredito que a MB seja a força que conhece mais as ações defensivas para se opor a um assalto anfíbio, justamente por sua expertise em realizar o assalto anfíbio que dá o conhecimento do que seriam as principais ameaças às suas ações no ataque.

A história da operação anfíbia na MB se confunde com a história da “Operação Dragão”. Como foi apresentado, o seu desenvolvimento na MB iniciou a partir de 1958. Desde então, apesar das restrições orçamentárias e das desincorporações de navios anfíbios que marcaram o fim do século passado e o início deste, a MB acompanhou a sua evolução doutrinária. Essa evolução pode ser percebida quando comparamos os meios empregados no exercício “Operação Aragem” (1958), primeira operação anfíbia realizada pela MB, com a complexidade dos meios envolvidos na “Operação Dragão XXX” (1995). Hoje, depois de 56 anos de intensivos exercícios realizados, a MB alcançou um excelente nível de adestramento que não deve perder.

Com 31 anos de carreira naval, observo que os oficiais do Corpo da Armada dão preferência no adestramento em outros tipos de guerra naval, renegando a operação anfíbia em segundo plano. Um fato que vem a corroborar com esta percepção é a inexistência da disciplina de operações anfíbias na Escola Naval para os aspirantes do Corpo da Armada. Este conhecimento somente é ministrado, no

nível de planejamento, aos oficiais do posto de Capitães-Tenentes, quando realizam o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI) na Escola de Guerra Naval.

Para entendermos a importância da operação anfíbia, destaco que o USMC realizou 104 operações anfíbias entre 1990 e 2009, incluindo a modalidade de projeção anfíbia, hoje já adotada pela MB (GALRAHN, 2009). O Brasil, cada vez mais, tem se relacionado operativamente, particularmente, por meio da MB, com outros países para a realização de operações militares. Face a sua inserção no cenário internacional, o Brasil pode ser convidado a integrar uma força naval internacional com mandato da ONU para intervir em um Estado em convulsão e ser necessário a realização de uma operação anfíbia. Tendo em vista o acima mencionado, o setor operativo poderia realizar, com maior intensidade, adestramentos, mesmo que de quadros, envolvendo todos os níveis operacionais, de forma a manter o conhecimento sobre operação anfíbia. Além disso, a Diretoria de Ensino poderia incluir no currículo da EN a disciplina operações anfíbias para o 4º ano do Corpo da Armada, de forma a dar os primeiros conceitos deste tipo de operação ao futuro oficial.

Destaco ainda a importância da operação anfíbia por ser a única operação de guerra naval que pode atingir todos os propósitos¹⁸ da tarefa básica de projetar poder sobre terra¹⁹, além de contribuir para as demais tarefas do Poder Naval.

¹⁸ A projeção de poder sobre terra pode ter um ou mais dos seguintes propósitos: reduzir o poder inimigo, pela destruição ou neutralização de objetivos importantes; conquistar área estratégica para a condução da guerra naval ou aérea, ou para propiciar o início de uma campanha terrestre; negar ao inimigo o uso de uma área capturada; apoiar operações em terra; e salvaguardar a vida humana ou resgatar pessoas e materiais de interesse (BRASIL, 2007, p. 213).

¹⁹ Tarefa básica do Poder Naval que abrange um amplo espectro de atividades, que podem incluir: o bombardeio naval; o bombardeio aeronaval; e as operações anfíbias (grifo meu). Nessa tarefa, também, estão enquadrados os ataques a terra com mísseis, a partir de unidades navais e aeronavais (BRASIL, 2007, p. 213).

3 A OPERAÇÃO ANFÍBIA NO SÉCULO XXI

Neste século, o armamento e os sensores sofreram grande influência da revolução tecnológica. As armas ficaram mais precisas e com maior capacidade de destruição. Por outro lado, os sensores, que, também, incorporaram esta tecnologia, tornaram-se menores, mais sensíveis e de fácil acesso no mercado clandestino. Estas características combinadas com os novos ambientes operacionais influenciam diretamente no desenvolvimento das operações anfíbias, como veremos nesta Seção.

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A derrocada dos meios navais soviéticos, ocorrida após o fim da Guerra Fria, reforçou o papel da *United States Navy* (USN¹) e assegurou aos EUA uma posição absoluta de potência hegemônica. Foi na 2ª GM a última vez que a Marinha norte-americana teve a sua liberdade de manobra afrontada e empregada em grandes batalhas navais. Os EUA, na condução da sua política externa, valem-se, preferencialmente, do conjugado anfíbio (USN e USMC) (SOUZA, 2003, p. 4).

As características ambientais que prevalecem no litoral², sob o ponto de vista militar, apresenta uma gama de desafios ao atacante e, por outro lado, favorece a quem defende. A topografia e a vegetação da porção terrestre junto ao litoral, se exploradas por um defensor, permitirá, com sigilo, o posicionamento dos seus meios de combate que poderão colocar em risco uma ForTarAnf (SOUZA, 2003, p. 4).

Normalmente, os objetivos políticos-estratégicos de um conflito, ou seja, as indústrias, as fontes e estoques de energia, e o tráfego marítimo e aéreo, estão localizados nos litorais. Sendo assim, estas regiões são caracterizadas por um adensamento populacional que aliado às peculiaridades acima mencionadas fazem do litoral uma área de atrição e, que, de certa forma, podem influenciar no planejamento e interferir na execução da operação anfíbia. Uma das implicações que deve ser considerada é a limitação do poder militar pelo poder político,

¹ Marinha dos Estados Unidos. Tradução livre.

² É um termo que designa a faixa de terra junto à costa marítima que engloba cerca de 50 km para o interior, dependendo da legislação de cada país (LITORAL, 2003).

particularmente no que diz respeito aos danos colaterais, impondo a utilização de sistemas de armas precisos (SOUZA, 2003, p. 4).

Diferentemente da área de operações onde foram realizadas as operações anfíbias durante a 2ª GM, hoje, o ambiente urbano tende a ser o mais provável no qual será desenvolvida esta operação, o que exigirá, cada vez mais, o adestramento das Marinhas.

3.2 ANTECEDENTES

A definição de operação anfíbia, segundo a doutrina norte-americana, é uma operação militar lançada do mar por uma força anfíbia, embarcada em navios ou embarcações com o propósito principal de introduzir uma ForDbq em terra para cumprir determinada missão. Uma Força Anfíbia é uma Força-Tarefa Anfíbia e uma Força de Desembarque, que, juntas com outras forças, são treinadas, organizadas e equipadas para uma operação anfíbia. Os tipos de operações anfíbias são: assalto, incursão, retirada, demonstração e suporte anfíbio para outras operações, nesta, dentre outras, são incluídas a operação de evacuação de não-combatentes e a assistência humanitária (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2009, p. xi).

Um assalto anfíbio, realizado da forma tradicional, consiste, resumidamente, na aproximação do litoral pela ForTarAnf, para projetar a ForDbq em terra por meio do MNT e prover o apoio de fogo e logístico a essa Força. Com o desenvolvimento do MNT cresce, em terra, o poder de combate da ForDbq, normalmente, a partir da praia de desembarque, bem como aumenta a quantidade de meios de apoio de serviços ao combate em terra.

A sistemática de projeção de poder sobre terra descrita acima é lenta e prevê a conquista e manutenção de uma cabeça-de-praia (CP)³. Em face das características dos meios utilizados para o MNT, os navios da ForTarAnf ficam próximos do litoral, conseqüentemente expostos às ameaças do inimigo, tanto de terra como do mar. Esse ambiente é caracterizado por espaço aéreo e marítimo confinado e congestionado, podendo ser ocupado por forças amigas, neutras e pelo inimigo, difíceis de serem identificadas (RIPER, 1997, p. A-2).

³ Área terrestre selecionada do litoral inimigo que contém os objetivos da Força-Tarefa Anfíbia e da ForDbq que, quando conquistada e mantida, assegura o desembarque contínuo de tropa e material, proporcionando espaço de manobra para operações em terra (BRASIL, 2007, p. 47).

Esses aspectos possibilitam ao defensor antever, com certo grau de probabilidade, as áreas mais prováveis para a realização da operação anfíbia e, assim, melhor organizar a sua defesa (RIPER, 1997, p. A-2).

O inimigo, com um sistema de defesa terrestre integrado ao controle de área marítima, defenderá o litoral desdobrando tropas e armas em posições fixas e móveis, nos locais mais propícios à realização de uma operação anfíbia. A ForTarAnf poderá encontrar várias combinações de ameaças, tais como: minas, artilharia, mísseis, aeronaves, submarinos e pequenos barcos. O inimigo poderá tentar repelir a ForDbq durante a fase do assalto⁴ ou contra-atacar em terra para destruí-la. Poderá, ainda, empregar despistamento e contramedidas eletrônicas para frustrar os esforços da ForTarAnf na tentativa de identificar suas posições.

Outra vulnerabilidade da ForDbq é a concentração das instalações logísticas em terra, que constituem um alvo compensador, além de mobilizar tropas para prover a sua segurança, que poderiam ser empregadas nas unidades de combate (RIPER, 1997, p. A-2). Para reduzir essas vulnerabilidades e aumentar a probabilidade da obtenção de surpresa tática⁵, a ForTarAnf precisaria manter os navios afastados da costa, para além do horizonte⁶, fora do alcance radar e do armamento inimigo (RIPER, 1997, p. A-1).

O fim da Guerra Fria determinou mudanças na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA. Desta forma, em 1992, a USN e o USMC, perfeitamente sintonizados com sua Estratégia de Segurança Nacional, elaboraram a primeira diretriz estratégica combinada para o século XXI, denominada ... *From the Sea*⁷. Essa diretriz estratégica priorizou o emprego da força naval para assegurar o uso do mar e projetar a influência e o poder norte-americano nas áreas litorâneas do mundo, por meio de operações expedicionárias (JOHNSON, 1997).

Nos dois anos que se seguiram, preocupados com a freqüência que ocorreram os conflitos de baixa intensidade⁸, em diferentes regiões do mundo, os

⁴ A operação anfíbia é dividida em cinco fases: planejamento, embarque, ensaio, travessia e assalto (BRASIL, 2008a, p. 1-3).

⁵ Aspecto do princípio da surpresa obtido mediante uso de variados métodos e processos de penetração e ataque e, também, pelo emprego de ataques diversionários (BRASIL, 2007, p. 248).

⁶ Cerca de 25 Milhas Náuticas (MN). 1 MN = 1.852 m

⁷ Desde o mar. Tradução livre.

⁸ Confronto limitado, violento, no qual, pelo menos, um dos lados não utiliza sua capacidade total. É caracterizado por ações assimétricas, onde um dos lados adota medidas de terror e guerrilha, na área de conflito (normalmente, urbana), procurando, desta maneira, atingir seus objetivos políticos (BRASIL, 2007, p. 64).

Comandos da USN e do USMC ampliaram o alcance daquela diretriz. Sob o imperativo de controlar crises e evitar conflitos, explorando as características expedicionárias inerentes às forças navais, foi aprovada, em 1994, a concepção estratégica *Forward ... From the Sea*⁹, para o emprego do Poder Naval no século XXI. Esta concepção estratégica sintetizava as prioridades do emprego do Poder Naval norte-americano, enfatizando a preparação dos recursos humanos e materiais para as regiões litorâneas de interesse daquele país, ou seja, para a realização de operações anfíbias (JOHNSON, 1997).

3.3 CONCEPÇÕES ENVOLVIDAS

Em 1996, a USN e o USMC, em consonância com a concepção estratégica *Forward ... From the Sea*, apresentaram o conceito para a projeção do poder naval em terra, denominado *Operational Manuever From The Sea*¹⁰ (OMFTS). Ele se baseia no desembarque além do horizonte e prevê o movimento da ForDbq, a partir dos navios, diretamente para objetivos profundos em terra, sem a necessidade de pausas para construir o poder de combate na praia ou as impostas pelos obstáculos do terreno (BEDDOES, 1997, p. 1).

A OMFTS, associada às tecnologias disponíveis, permite a realização do assalto anfíbio com rapidez, onde e quando as condições de segurança forem favoráveis, proporcionando, ainda, a surpresa tática, que é raramente possível nas operações anfíbias tradicionais. O conceito de OMFTS é denominado *Ship-To-Objective Manuever*¹¹ (STOM), quando aplicado no nível tático¹² (RIPER, 1997, p. A-10).

O foco da STOM está em a ForDbq, aproveitando-se do controle de uma área marítima, proporcionado pela ForTarAnf, utilizar o mar como “espaço de manobra” e como base de operações, permanecendo além do horizonte, para evitar ataques do inimigo e ter mais tempo de reagir aos contra-ataques. Dessa posição de vantagem tática, a ForDbq é capaz de efetuar manobras para atacar objetivos terrestres profundos, evitando um grande número de baixas (RIPER, 1997, p. A-10).

⁹ Atacar desde o mar. Tradução livre.

¹⁰ Manobra operacional desde o mar. Tradução livre.

¹¹ Desembarque do navio direto para o objetivo. Tradução livre.

¹² Nível responsável pelo emprego de frações de forças militares, organizadas, segundo características e capacidades próprias, para conquistar objetivos operacionais ou para cumprir missões específicas (BRASIL, 2007, p. 170).

Este conceito não visa à conquista de uma CP, mas a projeção da ForDbq rapidamente em terra, com um poder de combate suficiente para cumprir a sua missão. O estabelecimento de uma CP é desnecessário, pois os Sistemas de Comando e Controle (C²), de Apoio Logístico e de Apoio de Fogo, permanecem baseados nos navios. A STOM emprega os fundamentos da guerra de manobra¹³ nas operações anfíbias (RIPER, 1997, p. A-10).

Na guerra de manobra, evita-se o confronto direto com as unidades de combate inimigas, engajando seus Sistemas de Apoio e de C², de modo a neutralizá-los por meio de ações imprevisíveis, com efeito psicológico, e em um ritmo superior ao do inimigo, obtendo uma vantagem decorrente da incapacidade do oponente reagir coerentemente. Busca alcançar os efeitos desejados, levando o inimigo a sentir que a resistência será inócua ou redundará em perdas inaceitáveis. As ferramentas básicas da guerra de manobra são a rapidez, a surpresa e a audácia. O sucesso depende de obter a surpresa e de decidir em um ritmo mais rápido do que o inimigo. Algumas partes do sistema de combate do oponente poderão permanecer intactas, mas não poderão funcionar como parte do todo, ou seja, o sistema não possuirá coesão, afetando psicologicamente a força inimiga, levando-o a adotar ações que lhe são desfavoráveis. A vitória depende, fundamentalmente, da competência dos líderes, sendo somente necessária a superioridade local em poder de combate. Cabe ressaltar que este estilo de guerra não existe em sua forma pura, coexistindo simultaneamente com o estilo de guerra da atrição¹⁴ (BRASIL, 2013b, p. 1-6 a 1-8).

A base teórica empregada na guerra de manobra é o Ciclo OODA, também conhecido como Ciclo de *Boyd* ou Ciclo da Decisão. Ele estabelece que as ações na guerra podem ser vistas de forma cíclica e desenvolvidas na seguinte sequência: observação; orientação; decisão e ação (Ciclo OODA). Numa primeira etapa, o comandante percebe uma mudança nos acontecimentos. Na segunda etapa, baseado na percepção de sua observação, ele se orienta e captura a imagem do momento, ou seja, da situação. Em uma terceira etapa, fundamentado em sua orientação, o comandante decide. Em seguida, na última etapa, ele implementa as ações decorrentes da decisão tomada, isto é, age, conseqüentemente, a ação muda

¹³ A guerra de manobra já faz parte da doutrina de emprego do CFN (BRASIL, 2013b).

¹⁴ Este estilo de guerra busca a consecução dos efeitos desejados pela destruição cumulativa dos meios físicos inimigos, tanto em pessoal quanto em material, trabalhando basicamente no campo físico (BRASIL, 2013b, p. 1-6).

a situação anterior. Concluídas estas etapas, o comandante realiza uma nova observação, dando início a outro ciclo. Aquele que for capaz de realizar mais rapidamente o ciclo decisório interferirá na decisão do oponente, desorientando-o, quebrando a sua coesão mental, conseqüentemente reduzindo a sua capacidade de decidir apropriadamente. Tendo sido o inimigo sucessivamente sobrepujado por um ritmo superior do Ciclo OODA executado por nossas forças, este tenderá a ter a coesão mental deteriorada, redundando na sua incapacidade de lidar com a situação (BRASIL, 2013b, p. 3-1).

A STOM tem início além do horizonte, podendo ser um movimento por superfície, vertical ou ambos, desenvolvendo-se com surpresa e velocidade. Elementos de assalto da ForDbq que realizam o MNT por superfície, com seus suprimentos e equipamentos, partem dos navios posicionados além do horizonte, seguem pelo mar, num movimento rápido e sem interrupções, diretamente para seus objetivos, penetram no litoral, desbordam os pontos fortes do inimigo, e atacam diretamente os seus Centros de Gravidade (CG)¹⁵. Durante o movimento até o objetivo, a ForDbq só deverá engajar o inimigo se isto for indispensável (RIPER, 1997, p. A-6).

No MNT vertical a mobilidade possibilita ao elemento helitransportado atacar, a partir dos navios, objetivo profundo em terra, reembarcar, e atacar outros objetivos antes que o inimigo possa reagir. Como os elementos de superfície, as unidades helitransportadas podem operar em múltiplas frentes sem se restringir aos pontos de penetração utilizados por vagas anteriores. Além disso, a autonomia e a velocidade dos vetores aéreos permitem múltiplos embarques e desembarques da mesma unidade, provendo flexibilidade de manobra (RIPER, 1997, p. A-7).

O Comandante da ForDbq poderá permanecer embarcado, tendo em vista que um Sistema de Inteligência e de Comando e Controle (C²I) aprimorado permitirá um completo controle da situação, ao mesmo tempo em que proporcionará aos comandantes subordinados informações seguras e em tempo real (RIPER, 1997, p. A-6).

A concepção do apoio logístico para sustentar a OMFTS e a STOM é

¹⁵ Ponto essencial de uma nação, de forças militares ou de sistemas diversos, cujo funcionamento é imprescindível à sobrevivência do conjunto. Ponto de onde uma força militar (amiga ou inimiga), pelas suas características, capacidades ou localidades, extrai sua liberdade de ação, força física ou vontade de lutar (BRASIL, 2007, p. 52).

denominada *Sea-based Logistics*¹⁶. Os elementos do Componente de Apoio de Serviços ao Combate¹⁷ operarão integrados aos elementos da USN, utilizando os navios da ForTarAnf como plataformas de Apoio de Serviços ao Combate para apoiar a ForDbq, em vez de construir uma infra-estrutura logística em terra. A distribuição de suprimentos será realizada, inicialmente, por meio aéreo, diretamente para os elementos de manobra, onde e quando necessitarem (BEDDOES, 1997, p. v).

Sea-based é um conceito importante para a implementação da OMFTS. *Sea-based* se aplica ao apoio de fogo, comando e controle e outras funções, bem como o apoio logístico. No entanto, não é um requisito absoluto para implementar a OMFTS. Esta forma de manobrar pode, também, ser apoiada logisticamente de terra, conforme a situação.

A OMFTS prevê que a maioria do comando e controle da ForDbq permaneça a bordo, em vez de desembarcar. No entanto, alguns elementos de comando e controle em apoio ao elemento de combate terrestre poderá desembarcar, de acordo com a situação.

Com o emprego de *Sea-based* os requisitos para a segurança da área de retaguarda serão reduzidos para os elementos de combate da ForDbq e facilitará o seu reembarque (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1998, p. 94).

Entretanto, os meios existentes, a exceção da *Landing Craft Air Cushion* (LCAC)¹⁸, para serem utilizados no MNT, ou seja, o Veículo de Assalto Anfíbio (AAV)¹⁹ e as ED restringem-no a duas milhas da costa, no máximo, além de só permitir o desembarque em linhas de desembarque²⁰ (LDbq) que atendam a determinados parâmetros²¹. Essa limitação é potencializada pela necessidade de, normalmente, existir um porto ou um aeroporto na região planejada para se realizar o assalto anfíbio (RIPER, 1997, p. A-9).

¹⁶ Base logística no mar. Tradução livre.

¹⁷ Componente dos grupamentos operativos de fuzileiros navais que concentra os meios necessários ao apoio logístico do grupamento operativo de fuzileiros navais, como um todo (BRASIL, 2007, p. 61).

¹⁸ Embarcação de desembarque sobre colchão de ar. A LCAC não fornece proteção blindada (FUQUEA, 2013).

¹⁹ O Veículo de Assalto Anfíbio (AAV) é designado por Carro Lagarta Anfíbio no CFN (COSTA, 2005, p. 46).

²⁰ Segmento contínuo do litoral sobre o qual podem desembarcar tropas, equipamentos e suprimentos por meios de superfície (BRASIL, 2007, p. 147).

²¹ Os seguintes parâmetros influenciam na seleção da LDbq: marés, acesso pelo mar, correntes, gradientes de praia, trafegabilidade e saídas de praia, natureza do terreno para o interior, dados hidrográficos etc.

Portanto, para tornarem exequíveis estes conceitos teriam que ser desenvolvidos meios com as seguintes características: maior velocidade na água, proteção blindada, relativa capacidade de navegação, Comando e Controle e menor exigência na seleção de LDbq. Além de meios para o MNT, seriam necessários navios com maiores capacidades logísticas para apoiar a ForDbq, a partir do mar, de forma a reduzir as instalações logísticas em terra (RIPER, 1997, p. A-9).

Aproveitando as tecnologias emergentes no campo da mobilidade, navegação e comando e controle, para implementar esse conceito de projeção de poder, a solução vislumbrada foi conceber novos meios para compor a tríade, juntamente com a LCAC. Desta forma, iniciou-se o desenvolvimento do Veículo de Assalto Anfíbio Avançado (AAAV)²² e da aeronave MV-22 *Osprey* (Apêndice B), os quais permitiriam à ForDbq realizar um MNT além do horizonte, e desembarcar em LDbq impraticáveis com os meios até então disponíveis (RIPER, 1997, p. A-9).

O MV-22 *Osprey*, foi incorporado ao USMC em 2000. É uma aeronave de pouso e decolagem vertical ou em pista curta, cuja principal inovação é a sua capacidade de mudar o ângulo de seus rotores, dando-lhe características de vôo vertical de um helicóptero, associada ao alcance e à velocidade de uma aeronave turbo-hélice. Foi projetado para cumprir múltiplas tarefas de apoio aerotático, substituindo os helicópteros CH-46E e CH-53D. Permite realizar o MNT vertical mais rápido, e com maior capacidade de carga externa, podendo transportar até 24 militares equipados (*FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS*, 2014d).

A LCAC, em atividade na USN desde 1995, possui características operacionais que possibilitam realizar o desembarque além do horizonte, em cerca de 80% dos litorais do mundo, reduzindo, dessa maneira, os riscos para os navios e pessoal em relação às defesas de terra, criando incerteza ao oponente quanto à hora e ao verdadeiro local do desembarque, permitindo a obtenção da surpresa tática pela ForTarAnf. O seu sistema de propulsão torna-a menos susceptível à ação de minas do que os outros meios destinados ao MNT por superfície, deslocando-se a uma velocidade de 40 nós, podendo transportar 24 militares ou 60 t de material. Entretanto, devido a sua pouca blindagem, seu emprego não é recomendável nas primeiras vagas. Contudo, suas características operacionais qualificam-na como um meio indispensável para o desembarque da reserva, dos

²² O AAAV é uma versão avançada do AAV (*FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS*, 2014a).

meios de apoio ao combate e no apoio logístico à ForDbq (*FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS*, 2014b).

A LCAC tem sido eficaz, mas está chegando ao fim de sua vida útil (AMOS, 2014, p. 22).

O modelo de LCAC projetado para substituir as atuais é muito ruidoso, devido a maior potência dos motores, além de ser vulnerável às mesmas ameaças que o modelo anterior, inclusive armas de pequeno calibre, tem manutenção de alta complexidade e cara (FUQUEA, 2013).

O projeto do AAV²³ previa uma velocidade de 30 nós na água e 25 milhas por hora em terra, podendo ser lançado a longas distâncias da costa. Sua grande velocidade e sua rampa hidrodinâmica deixava-o menos exposto às minas e obstáculos de águas rasas²⁴. Com um deslocamento mais suave, a tropa ficaria menos susceptível aos enjooos, bastante comuns nesses deslocamentos. O AAV seria o principal meio de sustentação da mobilidade na água e em terra, provendo uma proteção blindada à tropa e apoio de fogo direto, com capacidade de transportar até 18 militares equipados. Estava previsto uma combinação de poder de fogo proporcionado por uma metralhadora 7,62 mm e um canhão de 30 mm. A sua blindagem de 4,5 mm ofereceria proteção contra fragmentos de artilharia de 155/152 mm até 15 m de distância (*FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS*, 2014a).

Atualmente, o USMC possui 1.311 AAV em seu acervo. Até 2008, o previsto era uma parte desses veículos passarem por um programa de modernização que possibilitaria o seu emprego até a prontificação do AAV, cujo cronograma de uso operacional iniciaria em 2008, com a chegada das primeiras viaturas, e complementar-se-ia em 2017, com a entrega das viaturas restantes (*FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS*, 2014a). No momento da concepção inicial, o USMC planejava adquirir mais de 1.000 AAV. Porém, em 2011, considerando a demora no desenvolvimento do projeto e o aumento do preço unitário do AAV, o Pentágono decidiu abandonar o projeto depois de 15 anos de pesquisa e mais de US\$ 3 bilhões gastos (*AMPHIBIAN*, 2009).

A atual opção do USMC para substituir o AAV é um veículo de combate anfíbio (ACV) sobre rodas, cujo projeto inicial teria a capacidade de realizar o MNT

²³ Em 2003, foi renomeado oficialmente para *Expeditionary Fighting Vehicle* (EFV).

²⁴ É a parte do mar, de largura variável e adjacente à praia, compreendida entre a linha correspondente ao nível de redução e a isóbata de 7 metros (BRASIL, 2008b, p. 4-87).

além do horizonte, porém por questões de custo e benefício, optou-se em ter um modelo mais simples (ACV 1.1) que custará um terço menos que o projeto do ACV original. Este novo veículo mantém as mesmas restrições de navegação que o AAV, sem a capacidade de desembarcar além do horizonte, porém, com maior capacidade de sobrevivência em terra que o AAV. O problema do desembarque além do horizonte será resolvido utilizando a LCAC para desembarcar os ACV (JORDAN, 2014).

Quanto aos navios, o conceito de OMFTS foi fundamental na determinação dos requisitos para a sua concepção. O programa de construção de navios da classe LPD 17 San Antonio (*Landing Platform Dock*)²⁵, foi planejado para substituir 27 navios anfíbios das classes LPD 4, LSD 36 (*Landing Ship Dock*), LST 1179 (*Landing Ship Tank*) e LKA 113 (*Amphibious Cargo Ship*) (FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS, 2014c). Embora a USN tenha encomendado 12 navios, somente 11 tinham sido financiados até 2012 (WILSON, 2014).

Em dezembro de 2012, a USN recebeu o oitavo navio da classe LPD 17. Os outros três estão em construção. O último navio da Classe está agendado para ser entregue em 2017 (WILSON, 2014).

Além dos meios acima citados, foram desenvolvidos navios de guerra de superfície, armas de emprego tático de maior alcance e sistemas e procedimentos de Apoio de Fogo Naval, de Guerra Antiaérea, de Guerra Anti-Submarino e de Guerra Eletrônica (SHEA, 2000).

A adoção da doutrina OMFTS já levou a decisões desastrosas. Um dos navios-chave para o assalto anfíbio tradicional é o Navio Desembarque Tanque (LST) que podem abicar na praia para desembarcar veículos e material em poucos minutos. O emprego desses navios independe de porto para efetuar a operação anfíbia. Na década de 90, os EUA desincorporaram todos os 27 navios desta classe com a metade da sua vida útil (MEYER, 2011).

Segundo Fuquea²⁶, a forma como pensam em realizar operações anfíbias remontam a 2ª GM e necessitam ser alteradas. A manobra *Ship-to-shore*²⁷ não é

²⁵ O LPD 17 é a classe de navio de guerra anfíbia com capacidade de autodefesa contra um sistema de ameaças do ambiente litorâneo, onde ele irá combater. Esta classe de navio tem a capacidade de operar os vetores LCAC, AAV e *Osprey* ou uma combinação destes (FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS, 2014c).

²⁶ Militar aposentado do USMC e professor da Faculdade de Liderança Operacional e Estratégica da *Navy War College* (FUQUEA, 2013).

²⁷ Navio desembarcando na praia. Tradução livre.

nova, ela foi empregada na guerra da Coreia, quando as forças americanas desembarcaram em Inchon. Os meios atuais para o desembarque possuem características um pouco melhoradas que os daquela época, exceto a LCAC que tem recursos dignos do século XXI. O USMC planeja substituir o AAV por um veículo que tem o mesmo desempenho na água que o atual e não pode ser transportado pelo *Osprey* (FUQUEA, 2013).

A doutrina OMFTS é válida para operações anfíbias contra-insurgência, onde o inimigo é amplamente disperso em pequenas unidades pelos seguintes motivos:

- a) as atuais armas de 5 polegadas dos navios da USN não tem alcance maior que 13 MN;
- b) os navios varredores ficarão vulneráveis, sem o apoio dos escoltas, na limpeza das raias de aproximação das LCAC;
- c) o grande consumo de combustível neste tipo de operação e a dificuldade do abastecimento. Com os navios posicionados distantes da praia não poderá ser lançada mangueira para disponibilizar o combustível diretamente na praia;
- d) para o MNT será necessário LCAC de segunda viagem, o que demandará tempo demasiado para colocar a ForDbq em terra;
- e) a condição do mar distante da costa dificulta a manobra de reembarque das LCAC para o embarque da tropa e material, retardando, ainda mais, o desembarque da ForDbq; e
- f) a vulnerabilidade de meios aéreos com carga externa se aprofundando a 50 km no território inimigo (MEYER, 2011).

Uma solução para transpor os obstáculos ainda existentes para empregar, integralmente, o conceito de OMFTS no assalto anfíbio é a seguinte: para manter o sigilo da operação, os navios posicionados além do horizonte, cerca de 25 MN²⁸, lançarão as vagas programadas e unidades a pedido por meio das LCAC, inclusive os AAV. As LCAC desembarcarão os elementos da ForDbq a 1 MN, no máximo, para o interior. Para o desembarque dos elementos de apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate serão utilizadas LCAC de segunda viagem. O apoio de fogo inicial será prestado por navios e aeronaves por meio de mísseis. Após o

²⁸ Milha Náutica equivale a 1.852 metros.

desembarque dos elementos de assalto da ForDbq, os navios varredores realizarão a remoção dos obstáculos da área marítima e, em seguida, os navios da ForTArAnf se aproximarão a uma distância de 3 a 5 MN da costa para efetuar o desembarque de meios e para prover o apoio de fogo por meio de canhão naval (TURK, 1998).

Diante dos fatos apresentados, este novo conceito de realizar a operação anfíbia ainda depende das seguintes questões:

- a) desenvolvimento de um meio com as características necessárias para realizar o MNT a partir de navios posicionados além do horizonte e com capacidade de sobrevivência em combate terrestre, oferecendo segurança para a tropa embarcada; e
- b) a possibilidade de prover o apoio de fogo e a segurança adequada para os navios varredores na preparação da área de desembarque (remoção dos obstáculos no mar).

O emprego da LCAC como solução apresentada para o MNT além do horizonte para desembarcar os ACV, não é adequado, haja vista o tempo necessário para desembarcar a ForDbq devido ao emprego de LCAC de 2ª viagem, as dificuldades de manobra de reembarque no navio, em mar aberto, para uma outra vaga (LCAC de 2ª viagem) e as vulnerabilidades da LCAC por não ter blindagem. Sendo assim, julgo que a doutrina da MB para a realização de operação anfíbia está atualizada. Contudo, se faz necessária a aquisição de navios anfíbios.

As concepções OMFTS e a STOM são o futuro da doutrina anfíbia das marinhas dos países desenvolvidos. Neste contexto, a MB deve considerar a possibilidade de adotá-las como uma meta a ser alcançada. Com os meios que a MB possui, pode ser realizado, atualmente, o desembarque além do horizonte, nas operações de Força Avançada²⁹, com tropas de operações especiais³⁰, de forma a manter o sigilo da operação anfíbia na preparação da área do objetivo anfíbio (AOA)³¹.

²⁹ A Força Avançada é uma organização por tarefas, integrante da ForTarAnf, que precede o Corpo Principal, com a função de preparar a AOA para o assalto. Normalmente, a Força Avançada é desativada quando o Corpo Principal chega à AOA, ocasião em que seus elementos constitutivos são reintegrados às suas organizações por tarefas de origem (BRASIL, 2008a, p. 3-3).

³⁰ Tropa especialmente organizada, adestrada e equipada, para atuar em áreas hostis ou sob controle do inimigo, nas situações de crise, de conflito armado ou de guerra (BRASIL, 2007, p. 183).

³¹ Área operacional, normalmente definida na diretiva inicial, onde se incluem a área de desembarque e as áreas terrestres e marítimas fronteiriças, necessárias ao cumprimento da missão do comandante da força-tarefa anfíbia (BRASIL, 2007, p. 32).

Fazendo um paralelo com as formas de manobras do ataque coordenado, onde o assalto anfíbio está para o ataque frontal enquanto a OMFTS/STOM está para o envolvimento. Portanto, as “formas de manobra” existentes da operação anfíbia continuam válidas, onde cada uma será empregada de acordo com os fatores da decisão, ou seja: Missão, Inimigo, Terreno, Meios e o Tempo disponível.

Quanto ao *Sea-based Logistics*, a MB pode esta filosofia desde já, reduzindo, ao mínimo, as instalações logísticas em terra. Isto será possível aproveitando as facilidades logísticas existentes nos NDD e NDCC, empregando-os como plataforma de Apoio de Serviços ao Combate e utilizando o helicóptero como principal meio de distribuição de suprimentos. As instalações logísticas estabelecidas em terra, compondo o Sistema Alternativo de Apoio Logístico (SIAAL), serão suficientes para atender, como alternativa, as necessidades logísticas da tropa, quando as condições meteorológicas, por exemplo, não permitirem que a distribuição de suprimentos seja efetuada, diretamente, a partir dos navios.

Ainda na área da logística, pode-se estudar métodos para facilitar e agilizar o ressuprimento de água, de munição e alimentação para a tropa, da seguinte forma:

- a) troca de cantis vazios por cantis cheios. Os cantis, em número de 4, p. ex (efetivo de uma esquadra de tiro), serão abastecidos e empacotados com invólucro plástico a semelhança de como é feito com os frascos de água mineral no mercado. Para o uso de *camel back*³², a água poderia ser distribuída em garrafas plásticas, empacotadas como acima mencionado, de capacidade igual a de um *camel back*;
- b) entrega de carregadores municados e recolhimento de carregadores vazios. Os carregadores serão empacotados, da mesma forma que os cantis, em número para atender uma esquadra de tiro (dotação básica). Os cantis e os carregadores vazios serão recolhidos para serem, respectivamente, cheios e municados, bem como empacotados para um novo ressuprimento; e
- c) fornecimento de alimentação por meio de “quentinhas” preparadas a bordo. As “quentinhas” seriam arrumadas em engradados de plástico rígido e paletizados com capacidades para atender um pelotão.

³² Recipiente flexível para transportar água no interior da mochila do combatente ou em uma mochila própria. Tradução livre.

4 O AMBIENTE INTERNACIONAL E O ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL

O Brasil visualiza um entorno estratégico além da região sul-americana. Inclui o Atlântico Sul e os países da costa ocidental da África, assim como a Antártica. Além disso, face a globalização, verifica-se a necessidade de acompanhar, com atenção, a conjuntura dos principais países que podem interferir nos nossos objetivos nacionais, particularmente os fundamentais.

4.1 O AMBIENTE INTERNACIONAL

Neste século, caracterizado por um ambiente multipolar, no qual se exacerbam os nacionalismos e fragmentam-se Estados com um crescimento, populacional, ainda expressivo, os prováveis motivos dos conflitos poderão ser:

- a busca por fontes de alimento, água doce e energia, cada vez mais escassas para atender a demanda mundial;
- a disputa por áreas marítimas visando à exploração dos recursos minerais e vivos;
- a disputa por áreas terrestres com vistas à preservação ambiental, a exploração da biodiversidade ou a incorporação ao sistema produtivo;
- pela demarcação de fronteira; e
- de caráter ético e religioso (BRASIL, 2013c).

Pode-se incluir neste rol de ameaças os crimes transnacionais (o narcotráfico e o contrabando de armas), violações de direitos humanos, instabilidades políticas e vulnerabilidades inerentes ao processo da globalização (KILIAN JUNIOR, 2006).

Os avanços tecnológicos, particularmente da tecnologia da informação, possibilitaram o desenvolvimento dos sistemas de defesa e da estrutura administrativo, particularmente das forças armadas. Contudo, isto representa uma vulnerabilidade que poderá ser explorada, dando oportunidade ao surgimento de uma nova modalidade de guerra, ou seja, a guerra cibernética¹ (BRASIL, 2013c).

No fim do século XX, o mundo apresentava uma situação complexa,

¹ Também chamada de ciber guerra, é a confrontação entre meios eletrônicos e informáticos, no chamado ciberespaço. São ataques, represálias ou intrusão em computadores e redes (BERGO, 2013).

fragmentada e problemática, iniciou-se um processo de acomodação nas relações internacionais que associado às assimetrias de poder produz tensões e instabilidades indesejáveis para a paz, levando os países a recompor ou atualizar seus arsenais (KILIAN JUNIOR, 2006).

Em 2012, os gastos militares globais em programas militares tiveram uma pequena redução em relação em 2011. Na América Latina, ao contrário, o valor investido em defesa teve um pequeno aumento. Entretanto, o total de recursos gastos em programas militares em 2012 representa um dos maiores valores com esta destinação (SIPRI² apud RIOS, 2014).

A redução global foi decorrente, em boa parte, dos cortes nos gastos militares nos Estados Unidos, na Austrália, no Canadá e no Japão, além de uma redução nesses investimentos por parte da Europa Ocidental e Central. Estas reduções foram contrabalançadas pelo aumento dos gastos na Ásia, no Leste Europeu, Oriente Médio, Norte da África e na América Latina (SIPRI apud RIOS, 2014).

A China e a Rússia ficaram no segundo e terceiro lugares, respectivamente, em gastos militares em 2012. Os Estados Unidos, em comparação com os demais países, foram os que mais gastaram em defesa. Em seguida, a China; Rússia; Reino Unido e o Japão (SIPRI apud RIOS, 2014).

Entre os países latino-americanos, só o Brasil aparece entre os 15 maiores em termos de gastos militares, sendo o 11º da lista (SIPRI apud RIOS, 2014).

No mundo, nos últimos anos, vem se consolidando uma tendência de compra de material bélico. Os gastos militares do ocidente têm caído, enquanto que tem aumentado nos países do oriente, sendo que a Arábia Saudita se destaca, com um orçamento militar, em 2013, quase 10% do PIB (SIPRI apud BRASIL, 2014a).

Outro aspecto importante a destacar foi que a Rússia, em 2013, pela primeira vez teve gastos militares, em relação ao PIB, maiores que os dos EUA (SIPRI apud BRASIL, 2014a).

Existem vários conflitos no mundo, principalmente na porção ocidental do continente africano, conforme apresentado no Apêndice C, onde a não observância das diferenças étnicas locais, por ocasião da delimitação das fronteiras dos Estados,

² *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).*

tornou-se um dos maiores obstáculos para a consolidação de algumas nações (HACHEMER, 2013).

O desenvolvimento econômico e a projeção no cenário internacional elevou o Brasil à categoria de ator global, obrigando-o a se envolver nas questões de ordem mundial, às vezes tomando posição contrária a interesses de grupos radicais. Essa situação poderá provocar o desencadeamento de ações terroristas no território nacional, particularmente quando sediando grandes eventos, momento em que a atenção do mundo estará voltada para o país.

4.2 O ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL

O Brasil sendo um país sul-americano, naturalmente se esforça para estabelecer e manter laços de cooperação entre os países do seu entorno estratégico, extrapolando o seu interesse para os países limítrofes da costa oeste da África (BRASIL, 2013c).

No entorno estratégico brasileiro ainda existem problemas relacionados às disputas territoriais:

- a) Argentina e Uruguai: a questão da fábrica de celulose no rio da Prata;
- b) Equador e Peru: disputam uma faixa de terra localizada nas imediações da confluência dos rios *Santiago* e *Yaupi*, embora o Acordo de Paz de Brasília tenha sido assinado por ambos;
- c) Equador e Colômbia: o Equador pleiteia a devolução do território perdido da região de *Putumayo*;
- d) Bolívia e Chile: a Bolívia reclama a posse do seu território, anexado pelo Chile na Guerra do Pacífico em 1879, que lhe permitia uma saída para o mar. No período de 1932 a 1935, em um novo conflito (a Guerra do *Chaco*), dessa vez com o Paraguai, a Bolívia perdeu parte da região do *Chaco*;
- e) Brasil e Bolívia: conflito energético e fronteiriço - a Ilha de Guajará-Mirim, migração e agrário;
- f) Brasil e Paraguai: conflito de fronteira, agrário – a questão dos brasiguaios e energético – a questão de Itaipu;
- g) Brasil e Uruguai: conflito fronteiriço - a questão da Ilha Brasileira;
- h) o Peru, apesar de ter ganho no tribunal internacional a questão marítima

que tinha com o Chile, mantém tensas as relações com o este país, devido a perda da região de *Arica* na Guerra do Pacífico;

- i) Venezuela e Colômbia: diferenças em relação à delimitação da plataforma continental do Golfo da Venezuela;
- j) Venezuela e a Guiana: disputam a posse de *Essequibo*³;
- k) Guiana e Suriname: litígio sobre a posse de uma área de 15.000 km², localizada na região do rio *Courantyne*, rica em bauxita e com grande potencial hidroelétrico; e
- l) Chile e Argentina: diferenças em relação às zonas do rio *Encuentro*, bem como da *Laguna del Desierto* (KILIAN JUNIOR, 2006).

Os gastos militares dos membros da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)⁴ praticamente dobraram entre 2006 e 2010 (SIPRI apud RIOS, 2014).

Em 2012, o Brasil elevou seus gastos com defesa em 34%. O responsável por este aumento foi o investimento em programas estratégicos (SIPRI apud RIOS, 2014), tais como: o projeto do blindado Guarani do Exército Brasileiro e o projeto de submarino com propulsão nuclear da Marinha do Brasil.

As preocupações estratégicas do Brasil que motivaram suas despesas com a defesa são: a cobiça internacional por recursos naturais existentes no seu vasto território, tais como: água doce, biodiversidade da selva amazônica, minérios raros e reservas de petróleo da Amazônia Azul, combinado com a extensão da sua costa e a proteção de sua fronteira (SIPRI⁵ apud RIOS, 2014). Ressaltam-se, também, os gastos em defesa na preparação da segurança para a Copa do Mundo realizada, neste ano, no Brasil. As autoridades de segurança buscam prevenir ataques terroristas, violência de grupos do crime organizado e tumultos de torcedores (RIOS, 2014).

No ano de 2013, os gastos militares das Forças Armadas brasileiras tiveram uma redução de 3,9% em relação 2012. Desta forma, o país saiu da lista dos dez maiores investidores do setor. De maneira contrária, a Colômbia (+13%), Honduras (+22%) e o Paraguai (+33%), vêm expandindo significativamente seus orçamentos

³ O *Essequibo* é uma região de 159.000 km², localizada na bacia do rio Essequibo, rica em minérios que é reivindicada pela Venezuela (CERVO, 2001).

⁴ A UNASUL é composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. O México e o Panamá são observadores (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2003).

⁵ *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI)

militares. Descontada a inflação, os gastos militares na América Latina registraram um aumento real de 2,2% em 2013 (SIPRI apud BRASIL, 2014a).

Na última década, o Brasil gastou menos com despesas militares do que os países latino-americanos. De 2004 a 2013, os gastos brasileiros no setor subiram em média 48%, taxa inferior a de países como Equador (+175%), Argentina (+155%) e Honduras (+137%) (SIPRI apud BRASIL, 2014a).

A Bolívia e a Venezuela assinaram um acordo bilateral de defesa. Esse acordo não inspira tranquilidade, devido à maneira de condução da política de ambos os Estados. O Chile, o Peru e o Paraguai já se manifestaram preocupados com essa situação (FLORES, 2006).

A economia boliviana é baseada na exportação de insumos de energia, farelo de soja, ouro, minério e pedras preciosas. O desemprego é grande, a infraestrutura, em geral, é deficiente. A falta de moradia para a população é outro problema grave. O país apresenta instabilidade política e institucional. Há uma grande migração de bolivianos para os Estados vizinhos, na busca de uma melhor opção de vida (KILIAN JUNIOR, 2006).

Observa-se na Bolívia um movimento nacionalista que é explorado por um crescente populismo político. Isso pode significar instabilidade, ruptura e isolacionismo (KILIAN JUNIOR, 2006).

As importações de gás boliviano para a utilização na matriz energética e no abastecimento do parque industrial brasileiro elevam, significativamente, sob o ponto de vista estratégico, a sua importância para o Brasil (KILIAN JUNIOR, 2006).

A dependência desta fonte de energia representa uma complicada vulnerabilidade para o país, principalmente pelo perfil populista de Evo Morales, candidato à reeleição, este ano, a presidência da Bolívia que, aproveitando deste fato, pode, como bandeira eleitoral, tomar medidas neste setor, contrárias aos interesses do Brasil.

As Forças Armadas peruanas têm um gasto relativamente pequeno com o pessoal, permitindo, desta maneira, mais recursos para o seu reaparelhamento (FLORES, 2006).

A volta do Sendero Luminoso ou o surgimento de outros grupos semelhantes poderá gerar um complicador para a região, principalmente se esses grupos estabelecerem laços com o narcotráfico e com outras estruturas ilegais de poder. Com a intensificação do combate ao terrorismo, esses grupos têm buscado

áreas menos acessíveis, onde a presença das forças do Estado é menos efetiva, ou seja, na faixa de fronteira com o Brasil (KILIAN JUNIOR, 2006).

A Argentina aumentou em 123% suas despesas com o setor de defesa desde 2003, mas isso não se traduziu somente em aquisição de equipamentos militares ou outros artigos relacionados, uma vez que somente os custos com pessoal absorvem 78% do orçamento (SIPRI Apud RIOS, 2013). A participação dos gastos com pessoal no orçamento militar chileno é uma das menores da região (FLORES, 2006).

A Colômbia, envolvida há quatro décadas em conflito interno, onde os atores principais são as forças legais, os paramilitares e a guerrilha, gasta relativamente muito com a defesa. A ajuda recebida dos EUA é estritamente orientada para o preparo ao combate à narcoguerrilha. O reaparelhamento das Forças Armadas colombianas aparenta estar coerente com o seu problema interno. Isto ficou constatado pela aquisição de vinte e cinco Supertucano, avião adequado para combater neste tipo de conflito (FLORES, 2006).

Em 2012, a Colômbia aumentou em 11% os gastos militares. Este aumento faz parte de um plano de investimento de quatro anos que inclui US\$ 1 bilhão para a compra de equipamento de comunicações, veículos blindados, helicópteros e satélites (SIPRI apud RIOS, 2013).

O Paraguai registrou um aumento de 43% nos gastos militares em 2012. Parte desse dinheiro foi investido em um programa de modernização das Forças Armadas com a compra de blindados, aviões e equipamentos navais (SIPRI apud RIOS, 2014).

O governo venezuelano se opõe radicalmente aos EUA, à globalização e ao neoliberalismo. Para obter facilidades e vantagens na barganha política com outros Estados, utiliza o petróleo como moeda de troca. A sua associação e solidariedade com Estados fora da região, em especial com Cuba, definidos pelos EUA como perturbadores, tende a tornar mais instável a situação na América do Sul, particularmente na fronteira com o Brasil (KILIAN JUNIOR, 2006).

A Venezuela que vinha se armando discretamente, cerca de 1,4% do PIB, em 2005, aumentou, consideravelmente, os gastos com a defesa. Nos últimos anos foram adquiridos navios, aviões, helicópteros, carros de combate, submarinos e fuzis russos (100.000 unidades). Os aviões de combate (interceptação e ataque) *Sukoi* substituíram os F-16, cuja modernização teria sido bloqueada pelos EUA. Estes

aviões, depois de mantidos, foram doados (seis unidades) para o Equador.

Globalmente, a Venezuela ficou em 13º lugar como o maior importador de armas entre 2008 e 2012, respondendo por 2% das aquisições mundiais. O país sul-americano deve à Rússia US\$ 4 bilhões por equipamento militar comprado recentemente, no momento em que a nação produtora de petróleo enfrenta tensões internas e externas (SIPRI apud RIOS, 2013).

As vulnerabilidades destas aquisições são: a capacidade de manutenção e a complexidade de operação do material, que podem gerar uma grande dependência do apoio russo (FLORES, 2006).

Um fato não menos importante é a forte presença militar norte-americana na América do Sul, particularmente em torno da Amazônia, sob a justificativa de combater o narcotráfico e a alegação da presença de terroristas na região da tríplice fronteira⁶, de acordo com o contido no Apêndice D, além da presença da Inglaterra nas ilhas do Atlântico Sul.

Os baixos níveis sócio-culturais e a falta de uma política consistente são, também, dificuldades para a evolução da região⁷.

As situações apresentadas nesta Seção poderão se transformar em crises internacionais entre Estados, especialmente da América do Sul e vir a afetar os interesses do Brasil, levando o País a se envolver em conflitos regionais.

Outra ameaça aos interesses nacionais pode ser motivada pela cobiça internacional, que valendo da justificativa de preservação do meio ambiente, venha realizar intervenções no Brasil, que tenderão a transformar-se em conflitos, para acessar regiões ricas em recursos naturais, particularmente na “Amazônia Azul”⁸ e a na “Amazônia Verde”⁹. Portanto, estes aspectos merecem uma maior atenção por parte do Estado brasileiro.

⁶ Região entre as fronteiras da Argentina, Brasil e Paraguai.

⁷ Informação fornecida pelo AE Kleber Luciano de Assis, Chefe do Estado-Maior da Armada, no Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

⁸ É uma faixa litorânea com uma área de 4,5 milhões de km², onde existe uma variedade de recursos naturais que são fontes de riquezas.

⁹ É a maior região florestal e hidrográfica do mundo. Ocupa grande parte do hemisfério setentrional da América do Sul. A parte brasileira corresponde a 42% do território nacional.

5 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E O EMPREGO DO PODER NAVAL

Esta Seção apresenta uma análise da Política e da Estratégia Nacionais de Defesa, enfatizando aspectos ligados ao emprego do Poder Naval na projeção de poder por meio de uma operação anfíbia, considerando o ambiente internacional e o entorno estratégico do Brasil.

5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

A PND voltada, preponderantemente, para ameaças externas, é o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento da defesa. A sua finalidade é estabelecer objetivos e orientações para o preparo e o emprego de todos os seguimentos da sociedade brasileira, visando a Defesa Nacional. Ela foi elaborada em consonância com as orientações governamentais e a Política Externa do País, estabelecendo como premissas os fundamentos, objetivos e princípios previstos na Constituição Federal (BRASIL, 2013c).

As relações internacionais, caracterizadas por múltiplas influências e interdependências, são movidas por uma complexa rede de atores, cujos interesses antagônicos podem aumentar ou limitar o poder e o prestígio dos países. Sendo assim, os Estados na busca por alcançar seus interesses nacionais, podem criar conflitos de variadas intensidades. A preservação e a soberania do país, bem como a obtenção dos interesses nacionais, particularmente a projeção do Brasil no concerto das nações, exigem uma Defesa Nacional estruturada de forma compatível com a estatura político-estratégica que se deseja para o país (BRASIL, 2013c).

5.1.1 Objetivos nacionais de defesa

Os objetivos são escolhidos pela política para atender aos interesses do Estado. A política, definida como a arte ou a ciência de governar, é a maneira de conduzir o Estado. A estratégia, decorrente de uma concepção política, é a arte de executá-la (MATOS, 1986, p. 7).

Dos Objetivos Nacionais de Defesa elencados na PND destaco os seguintes:

- a) garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
- b) defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
- c) contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;
- d) contribuir para a estabilidade regional;
- e) contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;
- f) intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;
- g) manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas, e balanceadas, e com crescente grau de profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; e
- h) estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos operacionais (BRASIL, 2013c).

5.1.2 Orientações da Política Nacional de Defesa

As orientações da PND abaixo listadas foram selecionadas pelo autor por considerá-las relacionadas com o preparo e o emprego do Poder Naval, na projeção de poder sobre terra, com a finalidade de alcançar os objetivos nacionais:

- a) no gerenciamento de crises internacionais de natureza político-estratégica, o Governo poderá determinar o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, de diferentes formas, visando a preservar os interesses nacionais;
- b) no caso de agressão externa, o País empregará todo o Poder Nacional, com ênfase na expressão militar, na defesa dos seus interesses;
- c) a expressão militar do País fundamenta-se na capacidade das Forças Armadas e no potencial dos recursos nacionais mobilizáveis;
- d) o País deve dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras; do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima. Deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicações marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente no Atlântico Sul;
- e) à ação diplomática na solução de conflitos soma-se a estratégia militar da

dissuasão¹. Nesse contexto, torna-se importante desenvolver a capacidade de mobilização nacional e a manutenção de Forças Armadas modernas, integradas e balanceadas, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional, em condições de pronto emprego;

- f) para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais;
- g) o Brasil deverá dispor de capacidade de projeção de poder, visando a eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU;
- h) excepcionalmente, em conflitos de maior extensão, de forma coerente com sua história e o cenário vislumbrado, observados os dispositivos constitucionais e legais, bem como os interesses do País e os princípios básicos da política externa, o Brasil poderá participar de arranjos de defesa coletiva; e
- i) nos termos da Constituição, as Forças Armadas poderão ser empregadas pela União contra ameaças ao exercício da soberania do Estado e à indissolubilidade da unidade federativa (BRASIL, 2013c).

5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Dentre outros aspectos, a END trata da reorganização e reorientação das Forças Armadas, visando contribuir para o fortalecimento do papel cada vez mais importante do Brasil no mundo (BRASIL, 2013a, p. 1).

Apesar das relações internacionais do Brasil serem pautadas nos princípios constitucionais da não intervenção, na defesa da paz e na solução pacífica dos conflitos e da democracia, além do setor civil, as Forças Armadas devem estar

¹ Estratégia que se caracteriza pela manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar (BRASIL, 2007, p. 98).

preparada para proteger o país das ameaças e agressões internacionais que possam surgir, bem como contribuir para a consecução dos objetivos nacionais (BRASIL, 2013a, p. 1).

A estratégia de segurança marítima terá como objetivo prioritário a dissuasão, priorizando a negação do uso do mar ao inimigo que se aproxime do Brasil, por meio do mar (BRASIL, 2013a, p. 12).

Preferencialmente, sobretudo quando a força inimiga for muito mais poderosa, a força de superfície será organizada e operada como reserva tática ou estratégica. Prioritariamente, e sempre que a situação tática permitir, a força de superfície será engajada no conflito depois do emprego inicial da força submarina, que atuará de maneira coordenada com os demais envolvidos.

Esse desdobramento do combate em etapas sucessivas, sob a responsabilidade de contingentes distintos, permitirá, na guerra naval, a agilização da alternância entre a concentração e a desconcentração de forças e o aprofundamento da flexibilidade a serviço da surpresa (BRASIL, 2013a, p. 12).

5.2.1 Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa

Dentre as diretrizes estratégicas para alcançar os Objetivos Nacionais da Defesa, estabelecidas na END, este autor destacou aquelas que, em sua opinião, estão relacionadas com a tarefa de projetar poder sobre terra:

- a) dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional;
- b) priorizar a Amazônia; e
- c) preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais de apoio à política exterior do Brasil. Em tais operações, as Forças agirão sob a orientação das Nações Unidas ou em apoio a iniciativas de órgãos multilaterais da região, pois o fortalecimento do sistema de segurança coletiva é benéfico à paz mundial e à defesa nacional (BRASIL, 2013a, p. 2-9).

5.2.2 Objetivos estratégicos da Marinha do Brasil

A estratégia seleciona os meios e estabelece prioridades de emprego destes meios. A estratégia compreende a ação ou as ações necessárias para alcançar os objetivos da Política, ou seja, é o como fazer (MATOS, 1986, p. 7).

A prioridade é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. A negação do uso do mar ao inimigo é a que organiza, antes de atendidos quaisquer outros objetivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil.

Ao garantir seu poder para negar o uso do mar ao inimigo, o Brasil precisa manter a capacidade focada de projeção de poder e criar condições para controlar, no grau necessário à defesa e dentro dos limites do direito internacional, as áreas marítimas e águas interiores de importância político-estratégica, econômica e militar, e também as suas linhas de comunicação marítimas. Apesar dessa consideração, a projeção de poder se subordina, hierarquicamente, à negação do uso do mar.

A negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder com uma força naval composta de: submarinos; navios de grande porte, capazes de operar e de permanecer por longo tempo em alto mar; navios de porte menor, dedicados a patrulhar o litoral e os principais rios navegáveis brasileiros; força aeronaval para apoiar as demais forças; e de um Corpo de Fuzileiros Navais consolidado como Força Expedicionária, de estrutura compatível, em permanente condição de pronto emprego, principalmente para a projeção de poder. Esta Força terá como foco, sem hierarquização de objetivos e de acordo com as circunstâncias:

- a) a defesa proativa das plataformas petrolíferas;
- b) a defesa proativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras;
- c) a prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio, enfocando as áreas estratégicas de acesso marítimo ao Brasil, particularmente a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do Rio Amazonas; e
- d) a capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações

Unidas ou de organismos multilaterais da região (BRASIL, 2013a, p. 10-11).

5.2.3 Hipóteses de emprego

Devido às incertezas de ameaças ao Estado brasileiro representadas por forças antagônicas de países potencialmente inimigos ou de outros agentes não estatais, o preparo das Forças Armadas deve ser orientado para cumprir missões em diferentes áreas e cenários, buscando atender as tendências da evolução das conjunturas (nacional e internacional) sob as orientações político-estratégicas. Entretanto, neste trabalho somente foram listados os aspectos que se relacionam com o emprego da MB na projeção de poder, particularmente realizando a operação anfíbia:

- a) a ameaça de forças militares muito superiores na região amazônica;
- b) a participação do Brasil em operações internacionais em apoio à política exterior do País; e
- c) a ameaça de guerra no Atlântico Sul. As Forças Armadas poderão ser empregadas em conjunto ou singularmente, conforme diretrizes específicas (BRASIL, 2013a, p. 30).

Em uma situação de crise, poderá ser ativada uma estrutura de gerenciamento de crise pelo Comandante Supremo das Forças Armadas, consultado o Conselho de Defesa Nacional², com a participação, entre outros, do Ministro da Defesa e dos Comandantes das Forças Armadas, o qual poderá decidir pelo emprego das Forças Armadas de maneira singular ou conjunta (BRASIL, 2013a, p. 29).

5.3 EMPREGO DO PODER NAVAL

As propostas de emprego do Poder Naval, especificamente na projeção de poder sobre terra por meio de operação anfíbia, apresentadas nesta Seção, foram baseadas no ambiente internacional e no entorno estratégico do Brasil, descritos na Seção 4 deste trabalho e na análise da PND e da END apresentadas,

² O Conselho de Defesa Nacional (CDN) é um órgão consultivo do Presidente do Brasil em assuntos de segurança nacional, política externa e estratégia de defesa (CONSELHO, 2003).

respectivamente, nas subseções 5.1 e 5.2 desta Seção.

A Orientação da PND contida na subseção 5.1.2, alínea e, combinada com a Diretriz Estratégica da subseção 5.2.1, alínea a, estabelece a estratégia da dissuasão como estratégia básica da Defesa Nacional. A dissuasão é uma combinação de elementos políticos e militares, sendo diretamente proporcional à capacidade militar de um Estado. Baseia-se, exclusivamente, em elementos racionais, pois somente o prudente pode ser dissuadido, isto é, o agressor equilibrado e calculista. Para que a dissuasão seja efetiva é fundamental que o poder militar do Estado seja percebido por outros Estados.

O Estado de menor poder militar defende-se oferecendo um grau de ameaça militar que o possível agressor não possa ou não esteja disposto a aceitar. Portanto, para uma efetiva dissuasão é necessário ter Forças Armadas modernas, balanceadas, aprestadas e que possuam credibilidade.

A operação anfíbia é o tipo de guerra naval que projeta poder sobre terra. Esta operação é a que mais requer a realização de diversas operações componentes e a que mais exige coordenação, no tempo e no espaço. Sendo assim, a mais complexa das operações de guerra naval. Possui um caráter expedicionário e é a que mais retrata uma estratégia ofensiva (CAMINHA, 1980, p. 495).

Apenas os Estados, cujas marinhas possuam navios anfíbios³, meios apropriados para o MNT e tropa adequadamente armada, equipada e adestrada são capazes de realizar o assalto anfíbio, modalidade mais completa da operação anfíbia. Dentre os Estados da América do Sul e do Caribe que possuem meios para projetar poder sobre terra por meio de uma operação anfíbia, na modalidade de assalto anfíbio, o Brasil é o Estado melhor preparado para realizá-la, conforme demonstrado no Apêndice E. Desta forma, esta capacidade confere ao país um efeito dissuasório adequado, considerando o valor estratégico da operação anfíbia.

Em consonância com a Orientação da subseção 5.1.2, alínea e, e os Objetivos Nacionais de Defesa relacionados na subseção 5.1.1, alíneas g e h, elencados na PND, bem como o Objetivo Estratégico da MB, contido na subseção 5.2.2, alínea c da END, o Comando de Operações Navais, setor operativo de mais alto nível da MB, mantém uma Força de Emprego Rápido (FER), composta por

³ Classe de navios com características especiais para o emprego nas operações anfíbias.

meios da Esquadra e da FFE, em condições de emprego imediato, apta a atuar, inclusive de modo combinado, para a solução de conflitos.

A FFE é composta por tropa profissional, cujo armamento e equipamento encontram-se no estado-da-arte, onde se destacam equipamentos de comunicações, de navegação e de visão noturna, além de armamentos de última geração. As suas unidades subordinadas são mantidas permanentemente adestradas em operações anfíbias, operações de paz, evacuação de não-combatentes e operações terrestres de caráter naval para atender as necessidades de emprego do Poder Naval.

A Força de Fuzileiros Navais, intrínseca do Poder Naval, é empregada por meio de organização por tarefas denominada de Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). O GptOpFuzNav é uma organização flexível e versátil, sendo constituído por componentes de comando, de combate terrestre, de apoio de serviços ao combate e de combate aéreo. O componente de comando é composto pelo comando do GptOpFuzNav, seu Estado-Maior e outros meios necessários. O componente de combate terrestre é integrado, basicamente, por meios de combate e de apoio ao combate. O componente de apoio de serviços ao combate é organizado com meios de apoio de serviços ao combate e outras organizações necessárias ao desenvolvimento do apoio logístico em terra. O componente de combate aéreo, quando constituído, é composto por meios de defesa antiaérea (AAe), meios destinados à utilização e ao controle do espaço aéreo e por meios de aviação, se a situação exigir (BRASIL, 2013b, p. 4-2).

A FFE está em condições de organizar, para compor a FER, um GptOpFuzNav do tipo Unidade Anfíbia (UANf) e um Grupo Especial de Retomada e Resgate de Operações Especiais (GERR/OpEsp).

A UANf é um tipo de GptOpFuzNav, cujo componente de combate terrestre é nucleado em um Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais. Possui composição ampla de modo a permitir o planejamento e o dimensionamento dos meios que estão permanentemente em condições de pronto emprego. A composição e a organização por tarefas do GptOpFuzNav que, efetivamente, será empregado no caso de acionamento da FER, será definida ao longo do Processo do Planejamento Militar. A UANf é capaz de realizar operações anfíbias, operação de evacuação de não-combatentes e operações de paz com capacidade de durar na ação por até dez dias sem reabastecimento, podendo ser integralmente transportada em meios

navais (BRASIL, 2013b, p. 4-5).

O GERR/OpEsp é uma organização por tarefas, nucleada por elementos do Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais destinado à realização de operações de retomada de instalações e de resgate de pessoal.

A Esquadra compõe a FER com meios navais e aeronavais necessários para projetar poder sobre terra, transportar e apoiar as ações do GptOpFuzNav, parcela da Força de Emprego Rápido da FFE.

Na ocorrência de crise em um Estado, cuja instabilidade política possa representar uma ameaça à integridade física dos militares integrantes de forças de paz, membros de representações diplomáticas ou nacionais residentes que não tenham tido condições de deixarem a área por meio de transporte convencional, o Brasil poderá empregar o poder militar para proteger, evacuar ou resgatar os não-combatentes⁴, por meio de uma Operação de Evacuação de Não-combatentes (OpENC), conforme o Objetivo Nacional de Defesa relacionado na subseção 5.1.1, alínea b e as Orientações contidas na subseção 5.1.2, alíneas a e c, da PND .

O número de brasileiros que vivem no exterior é consideravelmente grande, conforme apresentado no Apêndice F, devido, entre outros motivos:

- a) ao maior número de missões de paz que o País tem participado nos últimos anos;
- b) ao aumento de intercâmbio diplomático e militar entre o Brasil e outros Estados;
- c) a participação de empresas brasileiras na execução de serviços em outros Estados, principalmente naqueles subdesenvolvidos ou em desenvolvimento; e
- d) a maior integração da América do Sul.

Nas operações de paz que o Brasil participa atualmente⁵, existe a possibilidade de recrudescimento do conflito que deu origem à missão. Nessa situação, um dos contendores poderá não mais concordar com os termos do acordo que determinou a instalação da força de paz e exigir a sua retirada. Outra possibilidade seria uma desavença entre grupos ou entre grupos e o Estado colocar em risco a segurança da tropa brasileira ou, ainda, que um grupo radical isolado

⁴ A expressão “não-combatentes” inclui os cidadãos de outras nacionalidades indicadas pelo governo brasileiro (BRASIL, 2014b, p. 4-8).

⁵ MINURSO, MINUSTAH, MONUSCO, UNFICYP, UNIFIL, UNIOGBIS, UNISFA, UNMIL, UNMIS, UNOCI (TOMAZ, 2014).

venha a decidir pelo confronto, acarretando a perda do controle da situação pelo Estado anfitrião, obrigando à retirada dos integrantes da força de paz da área conflagrada (ZUCCARO; SOARES, 2002).

Para o caso de civis residentes no exterior, distribuídos no mundo conforme apresentado no Apêndice F, pode ser necessária a evacuação em função de conflitos regionais, devido à instabilidade política de determinadas regiões, como mostrado no Apêndice C, sendo a maior possibilidade de ser realizada pela MB nos países com acesso pelo mar.

Quanto a participantes de missões diplomáticas brasileiras no exterior, que, à luz do Direito Internacional Público, teriam asseguradas as garantias de livre trânsito em segurança, a sua evacuação pode ser necessária, devido à atuação de grupos guerrilheiros organizados e fortemente armados que não respeitam estas garantias (ZUCCARO; SOARES, 2002).

Inicialmente, deve-se diferenciar a OpENC da operação de resgate. A OpENC é realizada por meio de uma operação militar em tempo de paz. É executada para salvaguardar pessoal civil ou militar, onde exista ameaça à sua segurança ou onde exista uma situação de catástrofe. No resgate, as pessoas, civis ou militares, estão confinadas, sendo assim, o resgate será efetuado por meio de uma operação militar, cuja execução pressupõe, normalmente, um ato de força (BRASIL, 2014b, p. 4-9).

A evacuação de não-combatente poderá ser conduzida em dois tipos de ambiente operacional: permissivo e incerto ou hostil. No primeiro, a ênfase concentra-se nas ações logísticas e no emprego da diplomacia, onde, normalmente, não são visualizadas resistências, ações hostis ou ameaças físicas à Força que a executa. O segundo ambiente, de caráter prioritariamente tático, impõe o uso da força, quando a evacuação se dará sob condições que poderão abranger distúrbios populacionais, atos terroristas, combates entre forças organizadas ou oposição de qualquer natureza.

Ressalta-se que, em se tratando de ambiente incerto ou hostil, associado ao fato de que um dos princípios regentes do Brasil nas relações internacionais é o da não-intervenção, somente com respaldo de um mandato da ONU, seria esse emprego aceitável. Nesse sentido, o emprego das FA em OpENC nada mais seria do que a legítima garantia de atos internacionais e da ordem internacional (BRASIL, 2014b, p. 4-10).

Em um Estado que permita o acesso pelo mar, a operação poderá ser realizada pela MB, pela Força Aérea Brasileira (FAB) ou pelo Exército Brasileiro (EB), neste caso, somente se o Estado tiver fronteira terrestre com o Brasil. Caso a evacuação seja conduzida pela FAB, poderá ser singular ou conjunta com a MB ou com o EB. Sendo conduzida pelo EB, poderá ser singular, por via terrestre (Estado com fronteira terrestre com o Brasil) ou, por via aérea com o apoio da FAB.

No ambiente hostil, em um Estado com acesso pelo mar e que não tenha fronteira terrestre com o Brasil, a MB é a força melhor capacitada para realizar a operação, tendo em vista as características do Poder Naval⁶. A MB poderá utilizar a FER para evacuar os não-combatentes por meio de uma operação anfíbia. Neste ambiente, os evacuados poderiam ser transportados por navios mobilizados, caso necessário ou pela FAB, desde que o conjugado anfíbio obtenha, previamente, o controle do aeroporto e estabeleça a segurança local. Cabe ressaltar que a MB realiza, constantemente, exercícios de evacuação de não-combatentes no contexto de uma operação anfíbia.

Em um ambiente permissivo, além da MB, a FAB poderia realizar a evacuação de não-combatentes por meio de uma operação aerotransportada⁷ singular ou conjunta com o EB. Neste caso, o planejamento da operação deverá considerar a possibilidade de alteração da situação durante a evacuação, pois exigirá da Força que a execute a flexibilidade e a versatilidade suficiente para uma mudança de postura e organização, de forma a garantir a segurança dos evacuados ou mesmo para efetuar um resgate. Ressalta-se que essas características são intrínsecas do Poder Naval. Caso a MB não participe da operação, deve ser levado em conta a incerteza da segurança e do controle do aeroporto para o pouso das aeronaves da FAB. Portanto, a decisão de qual força ou arranjo de forças que será empregada, neste ambiente, deverá atender para estas particularidades. Cabe destacar que para o emprego da força deverá ser levada em consideração a

⁶ - Mobilidade: representa a capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão, ou seja, em condições de emprego imediato;
- Permanência: indica a possibilidade de operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões;
- Versatilidade: permite regular o poder de destruição e alterar a postura militar, mantendo a aptidão para executar uma ampla gama de tarefas; e
- Flexibilidade: significa a capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão (BRASIL, 2014b, p. 1-5).

⁷ Operação que consiste no transporte, por via aérea, de tropas e de equipamentos a serem entregues no destino, mediante o pouso da aeronave (BRASIL, 2007, p. 117).

autorização ou não do governo local.

A ONU, cada vez mais, tem empregado forças militares para o restabelecimento e a manutenção da paz. O Brasil participou de um grande número de operações de paz, com tropas ou com observadores militares, em vários Estados. Dentre eles, destacam-se os seguintes: Grécia (1947 a 1951), Israel (1956 a 1967), Nova Guiné (1962), República Dominicana (1965 e 1966), Paquistão e Índia (1965 e 1966), Nicarágua (1989 a 1992), Angola (1989 a 1999), El Salvador (1991 e 1992), Iugoslávia (1992 a 1995), Moçambique (1992 a 1994), Uganda e Ruanda (1993 e 1994), Libéria (1993), Guatemala (1994 a 2000), Equador e Peru (1995 a 1999), Croácia (1995 a 2002), Macedônia (1995 a 1999), Eslovênia Oriental (1996 a 1998), Timor Leste (1999 a 2006) e Costa do Marfim (2003 e 2004)⁸.

Atualmente, o Brasil participa de missões de paz nos seguintes Estados: Chipre, Colômbia, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Haiti, Líbano, Libéria, República do Congo, Saara Ocidental, Sudão e Sudão do Sul (TOMAZ, 2014).

Coerente com a sua história, o Brasil fixou na PND dois Objetivos Nacionais da Defesa que se relacionam com a sua Política Externa. O primeiro é a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais (subseção 5.1.1, alínea e); e o segundo intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais (subseção 5.1.1, alínea f). Para alcançar estes objetivos, o Poder Político estabeleceu as Orientações contidas nas alíneas f, g e h da subseção 5.1.2 da PND, bem como o contido nas subseção 5.2.1, alínea c e 5.2.2, alínea d da END, ou seja, que o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais, para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos e que deverá dispor de capacidade de projeção de poder, visando a eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU.

As operações de paz são classificadas pela MB como atividades de Emprego Limitado da Força, na qual a MB exercerá o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional. A força só é admitida nas situações de legítima

⁸ Informação fornecida pelo Ministério da Defesa no Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

defesa ou no nível mínimo necessário ao desempenho da função. A aplicação de força não deve se constituir no principal expediente para se atingir o objetivo, pelo contrário, deve haver relutância nesse sentido. No entanto, o pessoal empregado nessas atividades deve estar apto e preparado para, se a situação exigir, agir em legítima defesa própria ou de terceiros e na intensidade apenas necessária (BRASIL, 2014b, p. 4-1).

O Poder Naval constitui um eficaz instrumento da Política Externa quando convenientemente empregado neste tipo de operação (BRASIL, 2014b, p. 5-2).

A MB poderá ser empregada, por meio de uma operação anfíbia, na modalidade de projeção anfíbia, como força precursora de uma operação de paz, particularmente, nas operações de manutenção da paz⁹ ou de imposição da paz¹⁰ para implementar as medidas preliminares de segurança e de controle no Estado em crise. Esta proposição é válida, principalmente, se for necessário o emprego de força de paz em um Estado com acesso pelo mar e não adjacente ao nosso território.

Neste contexto, a MB poderá utilizar a FER ou parte dela, de forma semelhante ao realizado no Haiti, onde os EUA e a França, com autorização da ONU, enviaram tropas para controlar a situação, enquanto era organizada a Força da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (TROPAS, 2004).

No entorno estratégico do Brasil existe um grande número de fontes geradoras de conflitos, conforme foram apresentadas na Seção 4 deste trabalho. Objetivo de Defesa Nacional previsto na subseção 5.1.1, alínea d combinado com a Orientação estabelecida na subseção 5.1.2, alínea a da PND, prevê que no gerenciamento de crises internacionais de natureza político-estratégica, o Governo poderá determinar o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, de diferentes formas, visando a preservar os interesses nacionais.

Configurando a crise em um dos Estados ou entre Estados, com o propósito

⁹ Atividades levadas a cabo no terreno, com o consentimento das partes em conflito, por militares, policiais e civis para implementar ou monitorar a execução de arranjos relativos ao controle de conflitos (cessar-fogo, separação de forças etc.) e sua solução (acordos de paz abrangentes ou parciais), em complemento aos esforços políticos realizados para encontrar uma solução pacífica e duradoura para o conflito. O termo deriva da expressão em inglês *peacekeeping* (BRASIL, 2007, p. 154).

¹⁰ Corresponde às ações adotadas ao abrigo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, incluindo o uso de força armada para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais em situações nas quais o Conselho de Segurança das Nações Unidas tenha determinado a existência de uma ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. O termo *peace-enforcement* é internacionalmente consagrado. O mesmo que Operação de Imposição da Paz (BRASIL, 2007, p. 135).

de restabelecer a paz e fazer cumprir as regras do direito internacional e, para defender, de maneira tempestiva, os interesses brasileiros na América do Sul ou na porção ocidental da África, a MB, isoladamente ou em conjunto com as Forças Armadas de outros Estados, poderá realizar, entre outros tipos de guerra naval, operações anfíbias, a fim de contribuir para promover a estabilidade regional, que é um dos Objetivos da Defesa Nacional.

Conforme as orientações da PND relacionadas na subseção 5.1.2, alíneas g e h, o Brasil deverá dispor de capacidade de projeção de poder, visando a eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU e, excepcionalmente, participar de arranjos de defesa coletiva em conflitos de maior extensão, de forma coerente com sua história e o cenário vislumbrado, observados os dispositivos constitucionais e legais, bem como os interesses do País e os princípios básicos da política externa.

Sendo assim, o Poder Político poderá autorizar a organização de uma Força Expedicionária¹¹, com o propósito de respaldar a Política Externa do Brasil.

Desta forma, à MB poderá ser atribuída a tarefa de nuclear essa Força Expedicionária para compor uma Força de Coalizão. Portanto, cresce de importância a organização de uma Força-Tarefa Anfíbia, tendo em vista que a mobilidade, flexibilidade, versatilidade e permanência são características intrínsecas do Poder Naval e necessárias para o emprego nestas situações.

A ForTarAnf, como Força Expedicionária, estará em condições de realizar, isoladamente, operações anfíbias para cumprir uma missão específica em contribuição para um propósito mais amplo da Força de Coalizão ou, compondo uma organização combinada, participar de operações anfíbias de maneira semelhante como realizado pelos ingleses na Guerra do Iraque, onde a ForDbq, composta pela 3ª Brigada *Royal Marines* desembarcou, por helicóptero, o 40 Comando, a partir dos navios *Ocean* e *Ark Royal*, enquanto a 15ª *Marine Expeditionary Unit*, sob controle operacional da 3ª Brigada *Royal Marines*, e o 42 Comando realizavam uma operação helitransportada, a partir de terra, para garantir a segurança dos campos de petróleo, a segurança na península de *Al Faw* e para libertar o porto de *Ulm Qasr* (BRAGA, 2003).

¹¹ Força militar organizada e destinada a realizar, na sua área de responsabilidade, as operações necessárias à consecução das missões a ela atribuídas, fora do território nacional (BRASIL, 2007, p.113).

A Diretriz da Estratégica Nacional de Defesa relacionada na subseção 5.2.1, alínea b, e a Orientação da PND contida na subseção 5.1.2, alínea d estabelecem, respectivamente, que a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional. Portanto, conforme a Orientação contida na subseção 5.1.2, alíneas b e i da PND e os Objetivos da MB previstos na subseção 5.2.2, alíneas a, b e c, todo o Poder Nacional, com ênfase na expressão militar, será empregado no caso de ocorrer agressão ao País.

A Amazônia é o maior banco genético do planeta. Possui rica biodiversidade, 1/5 da água e 1/3 da floresta do planeta, e riquezas incalculáveis no subsolo. Isto constitui um bom motivo para uma intervenção sob o pretexto de que as questões existentes na Amazônia são de interesse da humanidade (BARBOSA, 2000).

No Atlântico Sul, além de transitar a maior parte do comércio internacional do Brasil, encontra-se a “Amazônia Azul” que é uma faixa litorânea que contém a Zona Econômica Exclusiva¹² e a Plataforma Continental¹³ brasileiras. Ela ocupa uma área de 4,5 milhões de km², onde existe uma variedade de recursos naturais que são fontes de riquezas que, igualmente a “Amazônia Verde” ou Amazônia Legal¹⁴, poderá vir a ser motivo de cobiça internacional.

Configurada uma situação de conflito na Amazônia ou no Atlântico Sul, a MB poderá ser empregada de várias formas. No caso específico deste trabalho, visualiza-se que, após o estudo da situação, ela poderá ser empregada para realizar uma operação anfíbia (Assalto ou Incursão Anfíbia) na região da foz do rio Amazonas, por ser aquela o acesso natural à Bacia Amazônica, ou em qualquer outra parte do litoral brasileiro, inclusive nas ilhas de Fernando de Noronha e da

¹² É uma zona com a extensão máxima de 200 milhas marítimas a partir das linhas de base referência para medir a largura do mar territorial, onde o Estado tem o direito de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo (CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR, 1982).

¹³ Compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância. O Estado costeiro exerce direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, ou seja, os recursos minerais e outros recursos não vivos do leito do mar e subsolo, bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo (CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR, 1982).

¹⁴ A região composta dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão (AMAZÔNIA, 2003).

Trindade para alcançar um dos propósitos¹⁵ de acordo com a operação realizada.

Ocorrendo uma intervenção na Amazônia ou no ambiente operacional do Atlântico Sul, por um Estado com força superior a do Brasil e, que tenha obtido sucesso no estabelecimento de forças em terra, a Força Terrestre (FT), juntamente com a FA, é que terá a maior participação na defesa do território nacional. Nesta situação, a MB ficará com a liberdade de navegação restringida, entretanto, poderá realizar uma incursão anfíbia, nas regiões acima citadas, empregando uma Força Naval de pequeno vulto ou de operações especiais numa Ação de Comandos¹⁶, utilizando largamente de despistamento e ações sigilosas para obter um dos propósitos deste tipo de operação.

No caso de agressão realizada por um Estado com poder de combate igual ou inferior ao nosso, o Poder Naval, independente do arranjo de forças estabelecido, poderá ser empregado em ações ofensivas para a defesa do território nacional, realizando assalto e/ou incursões anfíbias onde e quando for necessário.

Em ambas as situações, o Poder Naval deverá buscar, preferencialmente, atacar o Centro de Gravidade (CG) do inimigo.

Nos níveis operacional e tático o CG poderá ser a capacidade de engajamento a certa distância ou forças militares situadas em determinadas áreas. O CG é a fonte de todo poder. O comprometimento do CG implicará em uma redução significativa da capacidade do inimigo de influir nas ações. Desta forma, deve-se aproveitar as oportunidades para atacar os seus pontos fracos. Estes pontos são chamados de Vulnerabilidades Críticas (VC) que ao serem exploradas resultarão na desestabilização ou destruição do CG do inimigo. Mediante a análise das VC, os objetivos militares podem ser selecionados, por exemplo: linhas de suprimentos das forças inimigas no Teatro de Operações (TO), um flanco exposto, instalações logísticas etc (BRASIL, 2013b, p. 3-3).

A capacidade da MB de projetar poder sobre terra, por meio de operações anfíbias, está em harmonia com a PND e a END, tendo em vista que:

¹⁵ O assalto anfíbio pode ter os seguintes propósitos: conquistar área para o desencadeamento posterior de ofensiva terrestre; negar o uso de áreas ou de instalações ao inimigo; ou conquistar uma área para o estabelecimento de base avançada. Os propósitos da incursão anfíbia são: destruir ou neutralizar objetivos; obter informações; executar operações de despistamento; e capturar, evacuar ou resgatar pessoal e material (BRASIL, 2008a, p. 1-2).

¹⁶ Tipo de operação especial realizada por tropa habilitada, de valor e constituição variáveis, por intermédio de uma infiltração terrestre, aquática ou aérea, contra alvos de valor estratégico, operacional ou crítico, sob o ponto de vista tático, localizados em áreas hostis ou sob controle do inimigo (BRASIL, 2007, p. 16).

- a) a capacidade que um Estado tem de realizar operação anfíbia, em particular o assalto anfíbio, gera um efeito dissuasório;
- b) a manutenção de uma FER com característica expedicionária, dotada de equipamentos e armamentos modernos, capaz de realizar, dentre outras, operações anfíbias, demonstra a firme determinação de cobrar um preço elevado por qualquer agressão à soberania do país;
- c) entre as marinhas dos Estados da América do Sul e do Caribe, a MB tem capacidade destacada de realizar o assalto anfíbio, operação que mais retrata uma estratégia ofensiva;
- d) a MB, por meio de uma operação anfíbia, é a força mais apropriada para realizar a operação de evacuação de não-combatentes, em um Estado com acesso pelo mar e sem fronteira terrestre com o nosso país, devido às características do Poder Naval;
- e) é coerente a MB, quando determinado, empregar a FER em uma operação anfíbia, como força precursora de uma operação de paz, para prover, tempestivamente, um ambiente seguro até a organização e chegada da força de paz;
- f) operações com o propósito de restabelecer a paz e fazer cumprir as regras do direito internacional poderão ser realizadas numa situação de crise em Estados ou entre Estados do entorno estratégico do Brasil. Em se tratando de Estado que não tem fronteira terrestre com o país ou de difícil acesso, a operação anfíbia é a mais indicada para ser realizada;
- g) operações ofensivas, particularmente o assalto anfíbio e a incursão anfíbia, poderão ser realizadas pela MB, a fim de contribuir para garantir a soberania, o patrimônio e a integridade territorial; e
- h) à MB poderá ser determinada organizar uma ForTarAnf, núcleo de uma força expedicionária, com a capacidade de projetar poder sobre terra por meio de operações anfíbias, para compor uma força de coalizão.

Sendo assim, julgo que a MB tem o respaldo do Poder Político para manter a capacidade de realizar este tipo de operação.

6 CONCLUSÕES

A evolução da operação anfíbia, para a forma como é executada atualmente, ocorreu no século passado. Nos principais conflitos deflagrados, desde a 1ª Guerra Mundial (1ª GM) até os dias atuais, esta operação foi empregada e, na maioria das vezes, proporcionou resultados favoráveis, comprovando ser importante que as marinhas dos Estados possuam a capacidade anfíbia.

A MB realiza exercícios de operação anfíbia desde 1958. Nesses 56 anos de atividades, a MB acompanhou a sua evolução doutrinária e alcançou um excelente nível de adestramento neste tipo de guerra naval.

A doutrina da operação anfíbia, liderada pelos EUA, está evoluindo de forma a ser realizada segundo os conceitos da OMFTS, STOM e da *Sea-based Logistics*. Porém, devido ao insucesso do projeto do *Expeditionary Fighting Vehicle* (EFV) ou *Advanced Amphibious Assault Vehicle* (AAAV), o referido conceito está sendo implementado de maneira inadequada, haja vista que o MNT por superfície está sendo realizado somente com a LCAC com as restrições de apoio de fogo, com duração excessiva e vulnerabilidades aos fogos inimigos.

A OMFTS, a STOM e a *Sea-based Logistics* são de caráter operacional, cujas filosofias são válidas para a MB, particularmente os procedimentos de desembarque além do horizonte, diretamente para o objetivo, sem a necessidade do estabelecimento de uma CP, e a redução das instalações logísticas em terra. Portanto, sugere-se que a MB acompanhe as técnicas e os procedimentos de projeção de poder utilizados pelas marinhas dos países desenvolvidos, particularmente os Estados signatários da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), para que, quando determinada pelo meio político, tenha a capacidade de participar de forças multinacionais, de forma a respaldar a Política Externa do Brasil.

A MB pode, desde já, por em prática nas operações de Força Avançada, o desembarque além do horizonte dos elementos de operações especiais, de forma a incorporar esse novo conceito, pois os meios que a MB dispõe, atualmente, e o adestramento são suficientes para implementá-lo neste tipo de operação.

Até que novos meios sejam desenvolvidos e comercializados, os Estados com vocação anfíbia continuarão seguindo a doutrina atual, introduzindo apenas os procedimentos que os meios disponíveis permitirem.

Apesar de possuir meios adequados para a realização de operação anfíbia, na modalidade de assalto anfíbio, a MB necessita, ainda, ampliá-los e modernizá-los. Desta forma, poderia incluir, no seu Programa de Reparcelamento, navios anfíbios da classe LHD - navio de assalto anfíbio Multi-Propósito e da classe LPH - navio de assalto anfíbio helicóptero, além de embarcações de desembarque de carga geral modernas com maior performance, em quantidades suficiente para transportar uma UAnf (aproximadamente 1.500 militares) e desembarcar as unidades de apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate.

A posse de navios da classe LHD permitirá efetuar o desembarque helitransportado além do horizonte, com a duração aderente à realidade, por permitir a formação de vagas com adequado número de helicópteros, além da surpresa tática e apoio logístico em melhores condições.

Visando obter maior durabilidade destes meios sugere-se que eles não sejam, dentro do possível, empregados em missões logísticas, fora do contexto das operações anfíbias.

As operações ofensivas são mais atraentes, porém, as operações defensivas devem ser treinadas para que seja alcançado um melhor nível de adestramento. Portanto, sugere-se realizar operações anfíbias, de dupla ação ou não, com uma unidade/subunidade executando a defensiva, no contexto de controle de área marítima, com planejamento inclusive, pois há o risco de perder os conhecimentos ministrados sobre o assunto nos cursos de carreira, tanto de oficiais como de praças. Por outro lado, acredito que a MB é a força que, inicialmente, conhece mais as ações defensivas para se opor a um assalto anfíbio, justamente por sua expertise em realizar o assalto anfíbio que dá o conhecimento do que são as principais ameaças às suas ações no ataque.

O exercício sendo realizado em locais alternados oferece maior dificuldade, dá mais motivação e permite maior adestramento no planejamento e na execução, bem como maior “prazer” em sua conquista. Para minimizar os custos operacionais em se realizar operações em locais distantes, o coroamento do adestramento anual, poderia ser uma grande operação anfíbia envolvendo os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Na busca de manter a integração operacional do conjugado anfíbio, o setor operativo poderia realizar, com maior intensidade, adestramentos de quadros, envolvendo todos os níveis operacionais, de forma a manter o conhecimento sobre

operação anfíbia, até então alcançado.

Face a importância da operação anfíbia no contexto atual, a Diretoria de Ensino poderia incluir no currículo do 4º do Corpo da Armada da EN a disciplina operações anfíbias, de forma a transmitir os primeiros conceitos desta operação ao futuro oficial.

Quanto ao *Sea-based Logistics*, a MB pode adotar a sua filosofia desde já, ou seja, reduzir ao mínimo as instalações logísticas em terra. Isto será possível aproveitando as facilidades logísticas existentes nos navios anfíbios, empregando-os como plataforma de Apoio de Serviços ao Combate e utilizando o helicóptero como principal meio de distribuição de suprimentos. As instalações logísticas estabelecidas em terra, compondo o Sistema Alternativo de Apoio Logístico (SAAL), serão o suficiente para atender, como alternativa, as necessidades logísticas da tropa, quando as condições meteorológicas não permitirem que a distribuição de suprimentos seja efetuada, diretamente, a partir dos navios.

Cabe, também, a sugestão de se avaliar as idéias propostas detalhadamente na Seção 3, para facilitar e agilizar o ressuprimento para a tropa: de água por meio de cantis já abastecidos e empacotados, ou, no caso de *camel back*; por garrafas plásticas com água de igual volume que os *camel back*; de munição por meio de carregadores muniçados e empacotados; e de alimento por meio de “quentinhas” preparadas a bordo e paletizadas.

A PND e a END respaldam o emprego do Poder Naval na projeção de poder sobre terra por meio de operação anfíbia para: evacuar não-combatentes; realizar operações de paz e humanitárias; atuar em conflitos de maior extensão compondo uma força de coalizão, desde que autorizado pela ONU; e para realizar ações ofensivas, a fim de garantir a soberania e a integridade territorial, além da contribuição para a dissuasão e controle de área marítima.

Portanto, concluo ser válida a manutenção da capacidade da MB de projetar poder sobre terra por meio de uma operação anfíbia no século XXI pelos seguintes motivos:

- a) a operação anfíbia ainda é uma operação válida conforme demonstrado pelo seu emprego nos conflitos ocorridos após a 1ª GM;
- b) a operação anfíbia é a única forma de projetar poder sobre terra que pode cumprir todos os propósitos desta tarefa básica do Poder Naval;

- c) o grande número de Estados com a capacidade de projetar poder sobre terra por meio de uma operação anfíbia, demonstra a importância desse tipo de guerra naval;
- d) a doutrina de operação anfíbia da MB está adequada com a doutrina das principais marinhas;
- e) a capacidade de um Estado realizar uma operação anfíbia, em particular o assalto anfíbio, gera um efeito dissuasório;
- f) a manutenção de uma FER com característica expedicionária, dotada de equipamentos e armamentos modernos, capaz de realizar, dentre outras, operações anfíbias, demonstra a firme determinação de cobrar um preço elevado por qualquer agressão à soberania do país;
- g) entre as marinhas dos Estados da América do Sul e do Caribe, a MB tem capacidade destacada de realizar o assalto anfíbio, operação que mais retrata uma estratégia ofensiva, e não deve perdê-la;
- h) a MB, por meio de uma operação anfíbia, é a força mais apropriada para realizar a operação de evacuação de não-combatentes, em um Estado com acesso pelo mar e sem fronteira terrestre com o nosso país, devido às características do Poder Naval;
- i) é coerente a MB, quando determinado, empregar a FER em uma operação anfíbia, como força precursora de uma operação de paz, para prover, tempestivamente, um ambiente seguro até a organização e chegada da força de paz;
- j) operações com o propósito de restabelecer a paz e fazer cumprir as regras do direito internacional poderão ser realizadas numa situação de crise em Estados ou entre Estados do entorno estratégico do Brasil. Em se tratando de Estado que não tem fronteira terrestre com o país ou de difícil acesso, a operação anfíbia é a mais indicada para ser realizada;
- k) operações ofensivas, particularmente o assalto anfíbio e a incursão anfíbia, poderão ser realizadas pela MB, a fim de contribuir para garantir a soberania, o patrimônio e a integridade territorial;
- l) à MB poderá ser determinada organizar uma ForTarAnf, núcleo de uma força expedicionária de coalizão, com a capacidade de projetar poder sobre terra por meio de operação anfíbia; e
- m) a PND e a END consideram o emprego da MB na projeção de poder

sobre terra por meio de operação anfíbia, ou seja, a realização da operação anfíbia está em harmonia com a vontade política do País.

Desta forma, diante dos fatos e argumentos apresentados, finalizo com a convicção de que a Marinha do Brasil não só deve manter a capacidade de realizar a operação anfíbia no século XXI, como deve aperfeiçoar e ampliar esta capacitação.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA Legal. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimédia, 2003. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Amaz%C3%B4nia_Legal. Acesso em: 17 maio 2014.

AMOS, James E. **Forward and ready: now and in the future**. Washington, D. C: *Department of the Navy. Headquarters United State Marine Corps*, 04 mar. 2014. Disponível em: http://projects.militarytimes.com/pdfs/EF21_Capstone_Concept_14_Mar_2014.pdf> Acesso em: 01 maio 2014.

AMPHIBIAN that never float: the program AAV / EFV. Encyclopedia of Safety: Surviving in the city: Survival in a world. Estados Unidos, 2009. Disponível em: <http://survincity.com/2009/11/amphibian-that-never-float-the-program-aaav-efv/>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

ASSIS FILHO, Jaime Florêncio de. Exercícios interaliados com os Estados Unidos da América: as operações veritas. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 93-102, 2003.

BARBOSA, Hélio Carvalho. **A cobiça internacional pela Amazônia legal**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000.

BEDDOES, Mark W. **Logistical implications of Operational Maneuver From The Sea**. 1997. 44 f. Tese (*Postgraduate*)-*Naval Postgraduate School*, Monterey, California, 1997. Disponível em: <http://stinet.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA333347&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2014.

BERGO, Marcos Tadeu Bettega. **Explicando a guerra: polemologia: o estudo dos conflitos, das crises e das guerras**. Rio do Janeiro: CEPHiMEx, 2013.

BRAGA, Carlos Chagas Vianna. O papel das Forças de Fuzileiros Navais na Guerra do Iraque. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 43-54, 2003.

BRASIL cai em ranking global de gastos militares em 2013. **O Dia**, Rio de Janeiro, 14 abr. 2014a. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-04-14/brasil-cai-em-ranking-global-de-gastos-militares-em-2013.html>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2013a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. **Glossário das Forças Armadas**: MD35-G-01. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais**: CGCFN-0-1. Rio de Janeiro, 2013b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual de Operações Anfíbias dos Grupamentos de Fuzileiros Navais**: CGCFN-1-1. Rio de Janeiro, 2008a.

_____. **Manual de Operações de Esclarecimento de Fuzileiros Navais**: CGCFN-1-4. Rio de Janeiro, 2008b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **Doutrina Básica da Marinha**: EMA-305. Brasília, DF, 2014b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2013c. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior. **Diplomacia Consular, 2007 a 2012**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/APENDICE%20Diplomacia%20Consular%20-%20Brasileiros%20no%20Mundo.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **Delineamentos da Estratégia**. Rio de Janeiro: IOESC, 1980.

CERVO, Amado Luiz. A Venezuela e os seus vizinhos. **Cena Internacional**, Brasília, DF, a.3, n. 1, p. 5-24, 2001. Disponível em: <http://cafemundorama.files.wordpress.com/2011/11/cena_2001_1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

CHIPMAN, John. **The military balance**. Londres: *Routledge Journals*, 2012.

CONSELHO de Defesa Nacional. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimedia, 2003. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_de_Defesa_Nacional>. Acesso em: 17 abr. 2014.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR. Montego Bay, Jamaica, 1982.

COSTA, Carlos Augusto. **Da praia de Caiena às ruas do Haiti**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL (Brasil). **Guia para Estudos de Estratégia**: EGN-304B. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Operações Anfíbias**: EGN-440. Rio de Janeiro, 1978.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U. S. Marine Corps. **Expeditionary Operations: MCDP 3-0**. Washington, DC, 16 abr. 1998. Disponível em: <<http://www.marines.mil/Portals/59/Publications/MCDP%203%20Expeditionary%20Operations.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2014.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U. S. Navy. **Amphibious operations: Joint Publication 3-02**. Washington, DC, 10 ago. 2009. Disponível em: <http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp3_02.pdf>. Acesso em: 03 maio 2014.

FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS. **AAVP7A1 assault amphibian vehicle personnel**. Washington, DC, 2014a. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/dod-101/sys/land/aaav.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

_____. **Landing Craft, Air Cushion (LCAC)**. Washington, DC, 2014b. Disponível em: <<http://www.fas.org/programs/ssp/man/uswpns/navy/landingcraft/lcac.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

_____. **LPD-17 SAN ANTONIO-class (formerly LX Class)**. Washington, DC, 2014c. Disponível em: <<http://www.fas.org/programs/ssp/man/uswpns/navy/amphibious/lpd17.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

_____. **V-22 Osprey**. Washington, DC, 2014d. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/dod-101/sys/ac/v-22.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

FERNANDES, Daniella. Presença militar dos EUA cresce na América do Sul. **Opera Mundi**. [s.l.], 12 ago. 2009. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/961/conteudo+opera.shtml>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

FLORES, Mario Cesar. Rumos estratégicos da América. **Revista do Clube Naval**, Rio de Janeiro, n. 340, p. 34-36, out./nov./dez. 2006.

FUQUEA, David C. *Amphibious Ops in the 21st Century*. **War on the rocks**, [s. l.], 17 set. 2013. Disponível em: <<http://warontherocks.com/2013/09/amphibious-ops-in-the-21st-century/>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

GALRAHN, Raymond Pritchett. *Amphibious operations 2000 – 2009*. **U. S. Naval Institute**, Annapolis, 25 de maio 2009. Disponível em: <<http://blog.usni.org/2009/05/25/amphibious-operations-2000-2009>>. Acesso em: 18 maio 2014.

HACHEMER, Peter. Conflict Barometer 2013. **HIK**, Heidelberg, 2013. Disponível em: <http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2013.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

JOHNSON, Jay L. *Forward ... from the sea: the navy operational concept*. **America's Navy**, Washington, DC, 1997. Disponível em: <<http://www.navy.mil/navydata/policy/fromsea/ffseanoc.html>>. Acesso em: 14 maio 2014.

JORDAN, Bryant. *Defense TechMarine: Corps Scraps Tracks for Amphibious Combat Vehicle*. **Defensetech**: where technology e defense intersect, San Francisco, abr. 2014. Disponível em: <<http://defensetech.org/2014/04/04/marine-corps-scraps-tracks-for-amphibious-combat-vehicle/#ixzz2zT9XJqii>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

KILIAN JUNIOR, Rudibert. A evolução da conjuntura no entorno estratégico do Brasil e seus reflexos para o CFN. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 9-18, 2006.

LITORAL. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimédia, 2003. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Litoral>>. Acesso em: 01 maio 2014.

MATOS, Carlos de Meira. **Estratégias militares dominantes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

MEYER, Carlton. *Amphibious warfare*. **G2mil.com**, [s.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.g2mil.com/amphib-1.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

NUÑEZ, Cosme. A evolução das operações Dragão. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, p. 37-46, jan.1990. Edição especial.

RIOS, Wagner. Despesas com Defesa na América Latina Aumentam 4,2% em 2012. **Diálogo Américas**, Florida, jun. 2013. Disponível em: <http://dialogo-americas.com/pt/articles/rmisa/features/regional_news/2013/06/17/defense-spending>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. Gastos militares na América Latina tiveram pequeno aumento em 2012. **Defesanet**, Brasília, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/al/noticia/14160/Gastos-militares-na-America-Latina-tiveram-pequeno-aumento-em-2012--diz-relatorio/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

RIPER, Paul K. Van. *A concept for Ship-To-Objective Maneuver*. **Marine Corps Gazette**, v. 81, n. 11, p. A1-A10, nov. 1997.

ROCHA, Raymundo Sant' Anna. Minha experiência com as Operações Anfíbias. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, p. 31-36, jan.1990. Edição especial.

_____. Operações Anfíbias. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 718, p. 27-44, mar./abr.1985.

SHEA, Robert M. **Information superiority and information assurance**. *Congressional hearings.[Washington, DC], 2000*. Disponível em: <https://www.fas.org/irp/congress/2000_hr/00-03-08shea.htm>. Acesso em: 23 abr. 2014.

SOUZA, Fernando Irineu de. Guerra de Litoral: das águas azuis... para as águas marrons. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 3-16, 2003.

TOMAZ, Jorge Luiz Fernandes. **Militares desdobrados em missões de paz e Desminagem Humanitária** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <Jorgevellame@yahoo.com.br> em 04 abr. 2014.

TREITLER, Sérgio. Três décadas de Operação Dragão. **Revista Especial do Clube Naval**, Rio de Janeiro, p. 20-30, mar. 1997.

TROPAS dos EUA e da França desembarcam no Haiti. **BBC Brasil**, [Londres], mar. 2004. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/03/040301_haitims2.shtml>. Acesso em: 27 maio 2014.

TURK, Carl D. ***Over the horizon amphibious assault: making the best of equipment incompatibility***. **Global security.org**, Washington, DC, 1998. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/1988/TCD.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL). In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimédia, 2003. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_de_Na%C3%A7%C3%B5es_Sul-Americanas>. Acesso em: 07 maio 2014.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Guerra do Golfo: uma análise político-estratégica e militar. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 112, n. 1-6, p. 15-62, Jan./mar./abr./jun. 1992.

WILSON, J. R. ***The LPD 17-class and the Amphibious Ready Group (ARG)***. **Defense Media Network**, Florida, 3 abr., 2014. Disponível em: <<http://www.defensemedianetwork.com/stories/the-lpd-17-class-and-the-amphibious-ready-group-arg/2/>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

ZUCCARO, Paulo Martino; SOARES, Jorge Armando Nery. Evacuação de não-combatentes, tarefa do conjugado anfíbio. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 4-11, 2002.

APÊNDICE A - Estados com capacidade de projetar poder sobre terra por meio de operação anfíbia

CONTINENTE	PAÍS	CONTINENTE	PAÍS
Europa	Azerbaijão	Ásia	Austrália
	Bulgária		Bangladesh
	Espanha		China
	França		Coréia do Norte
	Grécia		Coréia do Sul
	Holanda		Filipinas
	Itália		Indonésia
	Polônia		Índia
	Reino Unido		Japão
	Turquia		Papua-Nova Guiné
África	Ucrânia	América do Sul	Singapura
	Rússia		Sri Lanka
	Algéria		Tailândia
	Egito		Taiwan
	Eritreia		Vietnã
	Gabão		Brasil
	Líbia		Chile
	Marrocos		Peru
	Nigéria		Venezuela
	Oriente Médio		Iêmen
Iran		América do Norte	Estados Unidos
Oman			
Síria			

Fonte: CHIPMAN (2012).

Nota: Somente foram considerados os Estados cujas Marinhas possuem navios anfíbios. Dentre os Estados constantes do quadro, somente os EUA, Grécia, Reino Unido, Ucrânia, Rússia, Iran, Líbia, Índia, Sri Lanka, China, Japão, Coréia do Sul, Coréia do Norte e Tailândia possuem LCAC. Os demais Estados ainda utilizam ED ou AAV para realizar o MNT.

APÊNDICE B - Meios utilizados no movimento navio-para-terra



Legenda: a) Veículo de Assalto Anfíbio - AAV
b) Expeditionary Fighting Vehicle – EFV Veículo de Assalto Anfíbio Avançado ou AAV
c) *Landing Craft Air Cushion*
d) Aeronave M-22 *Osprey*.

Fonte: O autor (2014).

APÊNDICE C - Conflitos existentes no mundo

REGIÃO	PAÍS	CAUSA DO CONFLITO	INTENSIDADE
África	Mali	Disputa interna pelo poder	Guerra
	Nigéria	Movimento oposicionista ideológico	Guerra
		Conflito tribal	Guerra limitada
	Quênia	Disputa interna por recursos	Guerra limitada
		Conflito étnico	Guerra limitada
	Rep. Central Africana	Disputa interna pelo poder	Guerra
	Rep. Dem. do Congo	Conflitos entre grupos	Guerra limitada
		Disputa interna pelo poder	Guerra
	Somália	Disputa interna pelo poder	Guerra limitada
		Sudão	Disputa interna pelo poder
	Sudão do Sul	Conflito étnico	Guerra
		Disputa interna por autonomia	Guerra
		Conflito étnico	Guerra
Uganda	Disputa interna pelo poder	Guerra	
	Disputa interna pelo poder	Guerra limitada	
Europa	Rússia	Movimento separatista	Guerra limitada
Oriente Médio	Afganistão	Disputa interna pelo poder	Guerra
	Algéria	Disputa interna pelo poder	Guerra limitada
		Movimento separatista	Guerra limitada
	Egito	Disputa interna pelo poder	Guerra
		Conflito tribal	Guerra limitada
	Iêmen	Disputa interna pelo poder	Guerra
		Disputas internas pelo poder	Guerra
	Iraque	Disputas internas pelo poder	Guerra
	Líbia	Disputa interna pelo poder	Guerra limitada
	Síria	Conflitos entre grupos	Guerra limitada
Disputa interna pelo poder		Guerra limitada	
Disputas internas pelo poder		Guerra limitada	
Disputa interna por autonomia		Guerra limitada	
Ásia e Oceania	Filipinas	Disputa interna pelo poder	Guerra limitada
	Índia	Movimento separatista	Guerra limitada
		Disputa por autonomia	Guerra limitada
	Myanmar	Conflito étnico	Guerra limitada
	Paquistão	Conflito religioso	Guerra limitada
Conflito tribal		Guerra limitada	
Disputa interna pelo poder		Guerra	
Américas	Brasil	Crime organizado	Guerra limitada
		Movimento oposicionista ideológico	Guerra limitada
	Colômbia	Disputa interna pelo poder	Guerra limitada
		Conflitos entre grupos	Guerra limitada
		Conflito com crime organizado	Guerra

Fonte: HACHEMER (2013)

APÊNDICE D - Presença dos EUA na América do Sul

(Continua)

PAÍS	ATIVIDADE
Argentina	<ul style="list-style-type: none">– Os radares norte-americanos posicionados cobrem, provavelmente, o sul do Brasil.– Emprego de avião da USN no auxílio ao combate ao terrorismo na Tríplice Fronteira.– <i>Puerto Iguazu</i>: equipe de fuzileiros navais para auxílio no combate à dengue.
Bolívia	<ul style="list-style-type: none">– Posicionamento de radares pelos EUA rastreiam vôos clandestinos– Cerca de 5 mil norte-americanos participam de atividades militares e policiais em localidades bolivianas.– Cerca de 500 militares norte-americanos atuam no levantamento de possíveis grupos armados em <i>Chapare</i> e <i>Yungas</i> que possam resistir às ações contra o narcotráfico.– Pista de pouso e instalações militares norte-americanas localizadas em <i>Chimoré</i>.– Financiamento de ampliação de aeródromos e apoio à estrutura contra o narcotráfico.
Brasil	<ul style="list-style-type: none">– Além da Quarta Frota, há aproximadamente 6.300 militares dos Estados Unidos e soldados de agências terceirizadas contratados pelo governo norte-americano na região da Amazônia, nas fronteiras com Peru e Colômbia. Há também efetivos próximos ao Aquífero Guarani, instalados nas áreas fronteiriças com Argentina e Paraguai. Além disso, o país recebe verba norte-americana para ajudar o Exército brasileiro no combate às drogas.
Chile	<ul style="list-style-type: none">– Auxílio de militares norte-americanos para execução de trabalhos civis.– Financia o combate ao tráfico de drogas. Acordo para aquisição de material e serviços na área militar.
Colômbia	<ul style="list-style-type: none">– Cerca de 500 militares dos EUA prestam apoio ao Plano Colômbia.– Assistência militar e policial dos EUA em treinamento, equipamento e armamento.– Estações de radar norte-americanos localizadas em <i>San Andrés</i>, <i>La Guajira</i> e <i>Letícia</i> (Amazonas).– Empresa privada dos EUA <i>DynCorp</i> trouxe 80 pilotos e mecânicos e 50 helicópteros.– País tem a maior assistência militar e policial dos EUA em treinamento, equipamento e armamento em toda a América Latina e Caribe.
Guiana	<ul style="list-style-type: none">– Oficial norte-americano trabalha em conjunto com Forças de Defesa da Guiana.– Ajuda militar, econômica e humanitária e treinamento das Forças de Defesa da Guiana.

APÊNDICE D - Presença dos EUA na América do Sul

(Conclusão)

PAÍS	ATIVIDADE
Paraguai	<ul style="list-style-type: none"> – Ações conjuntas com o exército paraguaio. – Militares dos EUA no Centro de Instrução Militar de Operações Especiais em <i>Assunción</i>. – Pista de pouso localizada <i>Mariscal Estigarribia</i> para qualquer tipo de aeronave e apoio às operações norte-americanas na região de Coronel Olviedo, <i>Salto Del Guairá</i> e <i>Pedro Juan Caballero</i> (pistas de vôo asfaltadas com sistemas de iluminação financiadas pelos EUA). – Financiamento dos sistemas de iluminação das pistas de pouso asfaltadas de Coronel <i>Olviedo</i>, <i>Salto del Guairá</i> e <i>Pedro Juan Caballero</i>. – Aumento da cooperação em matéria de defesa. – Formação na escola militar de <i>West Point</i> – Estabelecimento do Centro de Operações para eventos de emergência ou desastre natural – Financiamento do Centro de Treinamento Conjunto de Operações de Paz (CECOPAZ)
Peru	<ul style="list-style-type: none"> – Apoio às Forças Armadas Peruanas com grupo de ajuda militar.
	<ul style="list-style-type: none"> – Possui radares de grande alcance em <i>Iquitos</i>, <i>Yurimaguas</i>, <i>Caballococha</i> e <i>Santa Rosa</i> que são operados total ou parcialmente por norte-americanos. – Utilizam as bases aéreas de <i>Chiclayo</i>, <i>La Joya</i>, <i>Pucallpa</i> e <i>Puerto Esperanza</i>. – Ampliação da pista de pouso, próxima à fronteira brasileira, no Acre, para ativação de uma base aérea compartilhada. Em <i>Pucallpa</i> e em <i>Puerto Esperanza</i> ficam as aeronaves do Departamento de Combate as Drogas (DEA). – Operações da companhia militar privada dos EUA <i>Aviacion Development Corp</i> na fronteira Brasil-Peru.
Suriname	<ul style="list-style-type: none"> – Oficial norte-americano trabalha em conjunto com as Forças Armadas do Suriname. – Realiza ações militares cívico-sociais no interior do país.
Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> – Realiza exercício anualmente com as Forças Aéreas do Uruguai e a Operação Unitas com a Marinha do Uruguai.

Fonte: FERNANDES (2009)

**APÊNDICE E - Países da América Latina/Caribe e seus meios para
realizar o Assalto Anfíbio**

(Continua)

Meios	PAÍSES				
	Brasil	Chile	Peru	Venezuela	México
Marinha	59.000	16.299	24.000	17.500	56.500
Submarino tático	5	4	6	2	-
Cruzador	-	-	1	-	-
N Aeródromo	1	-	-	-	-
Corveta	4	-	6	-	-
CT	-	1	-	-	-
Fragata	10	7	8	6	7
Patrulha	37	7	-	9	119
Varredor	6	-	-	-	-
NDD (LSD)	1	-	-	-	-
LPD	-	1	-	-	-
LSM	-	2	-	-	-
NTrT (TPT/AG)	-	-	-	-	-
NDCC (LST)	3	2	4	4	3
UCAC	-	-	-	1	-
EDCG (LCU)	3	-	-	2	-
EDVP (LCVP)	8	-	-	-	-
EDVM (LCM)	16	-	-	-	-
Anv FGA	9	22	-	3	7
Anv ASW	-	5	-	-	-
Anv MP	-	4	8	3	-
Anv ISR	-	7	-	-	7
Anv MR	-	-	-	-	4
Anv ELINT	-	-	1	-	-
Anv TPT	-	3	4	7	21
Anv TRG	3	7	5	-	15
He ASW	16	5	5	5	-
He MRH	-	9	-	12	7
He MRH/TPT	-	-	-	-	22
He SAR	-	-	-	-	4
He TPT	34	10	5	1	23
He TRG	15	-	6	1	-

**APÊNDICE E - Países da América Latina/Caribe e seus meios para
realizar o Assalto Anfíbio**

(Conclusão)

Meios	PAÍSES				
	Brasil	Chile	Peru	Venezuela	México
Fuzileiros	15.000	3.616	4.000	7.000	19.533
Carro de Combate	18	15	-	-	-
Vtr Bld TP	45	25	35	32	29
CLAnf (LVTP7)	12	-	-	11	-
CLAnf (AAV7A1).	13	-	-	-	-

Fonte: CHIPMAN (2012)

Nota: Os meios NDD (LSD), LSM, LPD e NDCC (LST) são navios anfíbios. Este tipo de navio possui facilidades de apoio de serviço ao combate que podem ser usadas para atender as necessidades logísticas da ForDbq, tais como oficinas de vários tipos, sala de cirurgia, odontologia, enfermarias, paióis, frigoríficas etc.

**APÊNDICE F - Estimativa de brasileiros residentes no exterior e militares em
operação de paz**

(Continua)

País	Total	País	Total	País	Total
Afeganistão	8	Dinamarca	3.012	Jordânia	1.650
África do Sul	914	Dominica	6	Kwaite	288
Albânia	8	Egito	140	Líbano	7.300/261*
Alemanha	95.160	El Salvador	335	Libéria	4*
Angola	10.649	E. Árabes	3.500	Luchemburgo	3.600
Arábia Saudita	200	Equador	1.199	Malásia	160
Argélia	53	Eritréia	20	Mali	33
Argentina	41.330	Eslovênia	74	Marrocos	115
Armênia	15	Espanha	128.238	México	10.850
Austrália	21.723	EUA	1.066.559	Moçambique	2.250
Áustria	3.011	Filipinas	300	Myamar	7
Azerbaijão	28	Finlândia	414	Namíbia	80
Bahamas	76	França	44.622	Nicarágua	301
Bangladesh	26	Gabão	68	Nigéria	153
Barbados	40	Gana	24	Noruega	5.546
Bélgica	43.000	Granada	15	N. Zelândia	3.400
Belize	33	Grécia	1750	Omã	222
Benin	15	Guatemala	354	Países Baixos	27.097
Bolívia	31.928	Guiné	35	Palestina	4.000
Botsuana	20	Guiné Eq	273	Paquistão	66
Bulgária	65	Guiné-Bissau	260/6*	Paraguai	201.527
Burkina Faso	20	Guyana	6.663	Peru	2.968
Cabo Verde	220	Guyana Fr	21.056	Polônia	700
Camarões	55	Haiti	120/1.458*	Portugal	140.426
Canadá	25.150	Honduras	341	Qatar	766
Cazaquistão	24	Hungria	300	Quênia	73
Chile	7.943	Índia	540	Reino Unido	118.000
China	6.250	Indonésia	200	Rep. Checa	330
Chipre	60/1*	Iran	140	Rep. D. Congo	65/7*
Cingapura	577	Irlanda	18.000	Rep. do Congo	100
Colômbia	2.627/4*	Islândia	109	Rep. Dom.	488
Coréia do Sul	1.444	Israel	10.040	Romênia	105
Costa Rica	793	Iraque	10	Rússia	556
Costa do Marfim	10*	Itália	67.000	Saara Oc.	10*
Croácia	111	Jamaica	143	São C. e Neves	4
Cuba	1.014	Japão	210.032	São T. e Príncipe.	25

**APÊNDICE F - Estimativa de brasileiros residentes no exterior e militares em
operação de paz**

(Conclusão)

País	Total	País	Total	País	Total
Santa Lucia	12	Suíça	44.089	Tunísia	50
Senegal	212	Suriname	22.000	Turquia	387
Sérvia	106	Tailândia	587	Ucrânia	85
Síria	1.550	Taiwan	350	Uruguai	26.482
Sri Lanka	20	Tanzânia	66	Venezuela	17.512
Sudão	20/9*	Timor Leste	300	Vietnã	36
Sudão do Sul	8*	Trinidad Tobago	200	Zâmbia	34
Suécia	6.000	Togo	18	Zimbábue	16

Fonte: BRASIL (2012) e TOMAZ (2014)

* Militares em operação de paz